

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**TERESA CRISTINA DA COSTA COQUEIRO**

**AS ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELO PROGRAMA LUZ  
PARA TODOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE  
IGARAPÉ PRETO/PARÁ**

**Taubaté – SP**

2010

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS**  
**AMBIENTAIS**

**AS ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELO PROGRAMA LUZ**  
**PARA TODOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE**  
**IGARAPÉ PRETO/PARÁ**

**TERESA CRISTINA DA COSTA COQUEIRO**

Licenciada Plena em Ciências Sociais

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté.  
Área de Concentração: Ciências Ambientais  
Orientador: Nelson Wellausen Dias

**Taubaté – SP**

**2010**

**Ficha catalográfica elaborada pelo  
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

C786a Coqueiro, Teresa Cristina da Costa  
As alterações provocadas pelo programa Luz para Todos na  
comunidade Quilombola de Igarapé Preto/ Pará / Teresa Cristina da  
Costa Coqueiro. - 2010.  
85 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Programa de Pós-  
graduação em Ciências Ambientais, 2010.

Orientação: Prof. Dr. Nelson Wellausen Dias, Departamento de  
Ciências Agrárias.

1. Comunidades Quilombolas. 2. Luz para Todos. 3. Meio ambiente.  
I. Título.

**TERESA CRISTINA DA COSTA COQUEIRO**

**AS ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELO PROGRAMA LUZ PARA TODOS NA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA DE IGARAPÉ PRETO/PARÁ**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté.  
Área de Concentração: Ciências Ambientais

**Data: 19/11/2010**

**Resultado: *Aprovada***

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Nelson Wellausen Dias**

**Universidade de Taubaté**

**Assinatura**



**Pós-Graduação em Ciências Ambientais**

**Prof. Dr. Cyro de Barros Resende Filho**

**Universidade de Taubaté**

**Assinatura**

\_\_\_\_\_

**Pós-Graduação em Ciências Ambientais**

**Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta**

**Universidade Federal de Itajuba**

**Assinatura**

\_\_\_\_\_

**Engenharia de Produção e Gestão**

Dedico este estudo aos meus pais José Mariano (*in memória*) e Maria, como primeiros incentivadores e grandes amigos, que me ensinaram a valorizar a cada conquista alcançada.

A minha mãe Maria pelo grande auxílio, nos momentos em que parecia que os fatos se mostravam contrários a realização deste sonho.

A minha filha Dandara, “grande guerreira”, pela amizade nos momentos de ausência, compreendendo que também foi por ela que permaneci no propósito da realização deste sonho.

Ao Prof. Dr. Nelson Wellausen Dias, **“muito obrigada por tudo”**.

Aos meus irmãos e irmãs, sempre solidários e compreensivos durante o período do mestrado.

A todas as mulheres e homens da Comunidade Quilombola de Igarapé Preto que me ajudaram, por meio de suas preciosas informações, na construção deste trabalho.

A todos aqueles que lutam para a construção de uma sociedade mais justa e buscam a valorização do ser humano, independente da sua condição social, etnia, religião ou orientação sexual.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, o princípio de todas as coisas, que iluminou o meu caminho, dando-me forças para vencer a todas as adversidades.

Ao meu orientador Prof. Dr. Nelson Wellausen Dias, por compartilhar com dedicação, paciência, equilíbrio e rigor científico seus saberes, que me ajudaram na construção deste estudo, desenvolvendo em mim o desejo de avançar em busca de novos conhecimentos e no mundo da pesquisa.

Aos professores Cyro Rezende e Marcelo Targa, pelas contribuições que ajudaram a enriquecer este estudo.

A todos os professores do Programa PPGCA que colaboraram para a aquisição de novos conhecimentos.

As novas amizades conquistadas na turma de Mestrado em Ciências Ambientais por compartilharem momentos de alegria, tristeza, informações e angústias no decorrer do curso.

A Roseane Siqueira e Giovana Pantoja, por dividirmos, no decorrer do curso, dentre tantos sentimentos, a amizade.

A Deonata Machado (mulher de luta) e família, que me acolheram com carinho em sua residência.

**“A minha pele é memória, sonhos, desejos escondidos em cada povo – A minha pele é manhã, tarde, mas, sobretudo noite.”**

**(CUTI – Escritor negro do Grupo Quilombhoje)**

## RESUMO

### **As alterações provocadas pelo Programa Luz para Todos na Comunidade Quilombola de Igarapé Preto/Pará**

Este trabalho apresenta um estudo de caso a respeito das alterações que ocorreram em uma comunidade tradicional quilombola, localizada no Estado do Pará, no município de Oeiras do Pará, denominada Igarapé Preto, a partir da implantação do Programa “Luz para Todos”, o qual se constituiu em um indicador de desenvolvimento e integração nacional, que além da energia elétrica, permitiu também o acesso a cidadania, por meio de serviços, como: saúde, educação e saneamento básico às famílias que neste local residem. Justifica-se por fazer uma análise das mudanças provocadas pelo programa que alteraram o modo de vida local, permitindo aos moradores adotar novos comportamentos, que corresponderam às necessidades do momento histórico que vivenciavam, considerando a organização e participação que influenciaram nas tomadas de decisões, objetivando a implantação de melhorias. Teve como objetivos a tarefa de investigar as mudanças ocorridas, verificando a relação das famílias com o meio ambiente antes e depois da chegada da energia elétrica, identificando e caracterizando as mudanças de ordem econômica, social, cultural e ambiental que ocorreram na comunidade partir da chegada de energia elétrica e que contribuíram para mudanças na qualidade de vida da população. Pretendendo, dessa forma, gerar conhecimentos novos e úteis para o avanço da ciência sem uma aplicação prática prevista.

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas, Luz para Todos, Meio Ambiente.

## ABSTRACT

### **The changes wrought by the Light for All Program in Community Quilombola affluent Black / Para**

This paper presents a case study of changes occurring in a traditional maroon, located in Para State, in the municipality of Oeiras do Pará, called Igarapé Preto, from the implementation of the "Light for Everyone", which was constituted as an indicator of development and national integration, which in addition to electric power also allowed access to citizenship, through services such as health, education and sanitation to families who reside in this location. Justified by analyzing the changes caused by the program that changed the local way of life, allowing residents to adopt new behaviors, which corresponded to the needs of the historic moment experienced, considering the organization and participation that influenced the decision-making, aiming the implementation of improvements. Aimed to the task of investigating the changes, verifying the relationship of family environment before and after the arrival of electricity by identifying and characterizing the changes of economic, social, and cultural environment that occurred in the community from the arrival power and contributed to changes in the quality of life. Intending thereby to generate new and useful knowledge for the advancement of science without practical application envisaged.

Keywords: Black Community, "Light for All", Environment.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Território Quilombola de Igarapé Preto e Baixinha.....	39
Figura 2. Localização da Comunidade Quilombola de Igarapé Preto .....	40
Figura 3. Percentagem de famílias por Estado Civil e Faixa Etária .....	45
Figura 4. Percentagem de famílias por Atividade profissional e renda familiar .....	47
Figura 5. Energia Elétrica, qualidade de vida e encurtamento das distâncias .....	59
Figura 6. Energia elétrica trazendo mudanças na qualidade de vida da comunidade: Acesso a imagens, informações e comunicação .....	61
Figura 7. Energia elétrica causando alterações no comércio da comunidade: Surgem lanchonetes e minimercados.....	63
Figura 8: Poluição ambiental provocada pelos moradores sobre o meio ambiente, alterando a paisagem .....	65
Figura 9: Energia elétrica e alterações ambientais .....	66
Figura 10: Ações positivas dos movimentos sociais e a negação do poder público em relação aos problemas ambientais da comunidade de Igarapé Preto .....	69

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. Forma de manejo da Terra praticado na Comunidade Quilombola de Igarapé Preto	51
Tabela 2. Conquistas alcançadas na Comunidade Quilombola de Igarapé Preto.....	52

## LISTA DE SIGLAS

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**ARQUIB** – Associação de Remanescentes de Quilombos de Igarapé Preto e Baixinha

**NAEA** – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

**CEDENPA** – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**MME** – Ministério das Minas e Energias

**CEPEL** – Centro de Pesquisa de Energia Elétrica

**UFPA**- Universidade Federal do Pará

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**ITERPA** – Instituto de terras do Pará

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra

**FETAGRI** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

**INPA** – Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia

**ADCT** – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

**ELETRORÁS** – Centrais Elétricas Brasileiras

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>20</b>
2.1. O homem, a história e suas complexas relações – vivendo e interferindo na natureza	20
2.2. A preservação de valores e tradições no meio rural - a importância das populações e ou comunidades tradicionais.....	22
2.3. A presença de áreas de remanescentes de quilombos no Estado do Pará – a Comunidade quilombola de Igarapé Preto .....	26
2.3.1. O acesso ao serviço de energia elétrica como uma tentativa de inclusão.....	32
<b>3. MATERIAL E MÉTODOS .....</b>	<b>37</b>
3.1. Procedimento Metodológico.....	37
3.2 Características da área de estudos.....	38
3.3 População e Amostra .....	41
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>43</b>
4.1 Estrutura familiar e perfil sócio-econômico das famílias de Igarapé Preto.....	43
4.1.1 Organização do espaço produtivo.....	46
4.1.2. Ações do Governo, organização política da Comunidade.....	52
4.1.3. Melhorias na distribuição de água .....	53
4.1.4. Melhorias no serviço de saúde .....	55
4.1.5. Melhorias na educação .....	57
4.1.6. Alterações positivas e negativas da chegada do Programa Luz para Todos na Comunidade de Igarapé Preto.....	58
4.1.7. Alterações sócio-econômicas em Igarapé Preto .....	62
4.1.8. Alterações ambientais em Igarapé Preto.....	64

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 73**

**6. REFERÊNCIA..... 76**

**ANEXOS**

## 1. INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas nas sociedades são percebidas como resultado de um processo histórico natural que acompanha a humanidade em suas diferentes fases de desenvolvimento e caracterizam a capacidade de adaptação à realidades e valores que desafiam a mesma, fazendo desta, protagonista de sua história, com o potencial de elaborar projetos que dão novos direcionamentos à sua vida.

O modo mais comum de demonstrar essa capacidade é percebido quando a humanidade passa a dominar a natureza e a provocar mudanças na sua visão de mundo no decorrer de sua história, em uma atitude tão antiga quanto à sua própria existência na Terra.

Analisando os estudos feitos por Gonçalves (2008), percebe-se que em um determinado momento histórico esta relação era permeada de mitos, rituais e magias, pois se tratava de uma relação divina. Nesse período, os *primeiros filósofos* – como são chamados os pensadores da natureza ou pré-socráticos, buscaram uma explicação racional para a origem de todas as coisas a partir da natureza, uma vez que a considerava *genitora* de todo o universo, ou seja, eles queriam saber qual era o primeiro elemento (*a arqué*), a partir da qual se compõem e decompõem as demais coisas.

O período helenístico foi marcado pela elaboração de grandes sistemas filosóficos sobre a natureza e o homem e deles com a divindade. Para o estoicismo, o Universo era um sistema vivo, no qual Deus estava sempre presente na matéria (imanência), de forma a ser a alma do mundo.

Na Idade Média, com o fortalecimento do cristianismo, a distância entre o homem e a natureza se evidencia através do afastamento entre espírito e matéria. Segundo Gonçalves (2008), Santo Agostinho (Doutor da Igreja, Bispo de Hipona) “converte” ao cristianismo as idéias platônicas, colocando a natureza em segundo plano. Com o Renascimento, a razão e a natureza passam a ser valorizadas com grande intensidade, o homem renascentista, principalmente os cientistas, passam a utilizar métodos experimentais e de observação da natureza e universo.

Nas sociedades modernas industriais, do século XVII, a racionalidade econômica direcionou as transformações na infra-estrutura e no comportamento da sociedade, a natureza se torna um simples **recurso** a ser transformado em riqueza, obedecendo a lógica utilitarista desenvolvida a partir das Revoluções Técnico-Científica e Industrial, as quais abriram as

portas das sociedades para as indústrias e serviços que foram importantes para o seu desenvolvimento, foi graças à Revolução Industrial que o capitalismo da Época Moderna pode amadurecer e constituir-se num sistema econômico, suplantando definitivamente os vestígios do feudalismo.

A partir deste período, a utilização de matérias-primas e novos serviços tornaram-se de grande utilidade neste novo modelo de sociedade em formação, e a utilização de energia elétrica foi fundamental para o trabalho das máquinas, fábricas e indústrias. Foi assim nos países europeus, principalmente na Inglaterra, a partir de 1760, tendo profunda influência sobre a economia mundial, ocasionando significativas mudanças sociais, políticas e culturais, que fortaleceram a proposta de desenvolvimento das sociedades modernas industriais.

No Brasil, porém, as mudanças no setor da indústria ocorreram de modo mais lento em relação aos países europeus, iniciando apenas no final do século XIX. De acordo com Fournier e Penteado (2008), o setor elétrico, por exemplo, não se desenvolveu de forma homogênea, sabe-se que a princípio, ficou concentrada nos grandes centros urbanos e industriais, e posteriormente alcançou as áreas rurais do País, onde órgãos governamentais de referência, como o IBGE, ABRADDEE e a ELETROBRÁS, já comprovavam que os déficits de energia alcançavam cerca de 12 milhões de pessoas.

Segundo Gusmão (2002), Pereira (2002) e Machado (2006), as barreiras encontradas para dificultar a universalização do fornecimento de energia nestas áreas são identificadas principalmente pela dispersão espacial das áreas rurais, o baixo consumo per capita e o aumento do tempo necessário para a recuperação do capital investido.

Só na região Norte e Nordeste, estas deficiências no atendimento da eletrificação domiciliar, alcançaram cerca de 65% das casas da zona rural ( ANEEL, 2005), fato que colocava o Brasil na contra mão desse processo de desenvolvimento e industrialização já experimentado em outras nações.

Tal fato desafiou o Governo Federal a promover a criação de políticas públicas neste setor, com o potencial de estimular o desenvolvimento das indústrias, fábricas e comércio, visando também o desenvolvimento econômico nacional, resultando no surgimento de programas como: o “Luz da Terra”, em 1995 e o “Luz no Campo”, em 1999 e o “Luz para Todos”, em 2003. De acordo com o MME (2005) estas políticas públicas facilitaram o atendimento das demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento de água, através de extensas redes ou atendimento descentralizado.

Neste sentido, a implantação do Programa Luz para Todos, como uma política pública do setor elétrico, marcou uma nova fase na vida da população espalhada pelas áreas rurais do país e recebeu a defesa do Ministério das Minas e Energias, que apoiou a sua extensão de 2008 para o ano de 2015, com o objetivo de dobrar o número de famílias atendidas, dando à elas acesso a um mundo de informação e imagens antes não permitido.

Diante desse contexto, a presente dissertação faz uma análise da atuação do programa Luz para Todos em uma comunidade quilombola do Estado do Pará, que no final dos anos 90, se mobilizou para garantir a regularização de suas terras. Esta comunidade escolhida está localizada no município de Oeiras do Pará, é denominada de Igarapé Preto, em função das águas de cor escurecidas da cabeceira do rio que corta a sua área, tem uma história de luta, resistência e conquista da posse de suas terras travada com fazendeiros e madeireiros da região que não reconheciam os direitos legais das famílias que já residiam no local há muito tempo.

Para alcançarem sucesso, foi necessária a união dos seus moradores e a intervenção do poder público, iniciando um processo de organização política na comunidade que trouxe outros benefícios à mesma. O resultado dessa mobilização foi a conquista da titulação do território de Igarapé Preto e Baixinha, no ano de 2002, emitida pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) com 173, 570 Km<sup>2</sup>, culminando, no ano de 2003 com a chegada da energia elétrica, pelo programa Luz para Todos, iniciando um processo de mudanças na sua estrutura, em resposta as necessidades de seus moradores.

Tais características de luta e resistência despertaram o interesse em escrever a respeito de uma parte de sua história, construída a partir da chegada da energia elétrica, este desejo iniciou ao realizar atividades pelo movimento negro, o CEDENPA, na comunidade, onde foi possível acompanhar a formação do seu grupo de mulheres e ministrar oficinas de formação cidadã para as mesmas. Estas atividades possibilitaram, no decorrer de dois anos de idas e vindas ao local, presenciando a realidade das famílias antes e depois da chegada da energia elétrica, fato que impulsionou o desejo de investigar sobre as mudanças que ocorreram no local.

Esta comunidade está localizada no Nordeste do Estado do Pará, mais precisamente no território de Igarapé Preto e Baixinha, que abrange 11 comunidades distribuídas entre os municípios de Oeiras, Baião e Mocajuba, na região do baixo rio Tocantins, ela tem sua identificação histórica gravada na memória de seus antepassados escravos e herdou dos mesmos a prática de utilizar e preservar os recursos naturais da floresta, vivendo sob o regime

de propriedade comum da terra e ao mesmo tempo em sintonia com as inovações que ocorreram no país, fruto da organização política e de antigas reivindicações de seus moradores.

Como ponto de partida para análise desta comunidade, este estudo buscou referência na pesquisa desenvolvida por Mônica Carvalho, no ano de 2001, sobre o local, que resultou na elaboração da dissertação de mestrado da pesquisadora intitulada “Igarapé Preto: a luta de uma comunidade de remanescente de Quilombos no Baixo Tocantins”. Os dados e observações contidos nessa pesquisa forneceram subsídios iniciais importantes para a compreensão do quadro atual vivido pelas famílias que nesta comunidade residem.

A temática desenvolvida se justifica em função de que traz a tona elementos que avaliam a relação homem e natureza e suas práticas de preservação e conservação do meio ambiente, assim como, analisa o impacto de políticas públicas sobre a comunidade dando a ela novas possibilidades de acesso a serviços, alterando a qualidade de vida e proporcionando novas práticas de cidadania.

O problema da pesquisa é sintetizado na seguinte questão: Que alterações o programa “Luz para Todos” causa no modo como as famílias de Igarapé Preto estruturam suas práticas sociais, estabelecem relações com os recursos da floresta e se organizam social e politicamente?

Tendo como objetivo geral investigar as alterações ocorridas na comunidade Igarapé Preto a partir da implantação do programa “Luz para Todos”, verificando os reflexos do mesmo sobre o modo de vida das famílias. Para atingir este objetivo utilizou-se os seguintes objetivos específicos:

- Avaliar a relação das famílias da comunidade com o meio ambiente antes da chegada da energia elétrica;
- Identificar e caracterizar as mudanças de ordem econômica, social, cultural e ambiental percebidas na comunidade a partir da chegada de energia elétrica;
- Analisar as transformações ocorridas na qualidade de vida da população local após a implantação do programa;
- Verificar a ação do Estado e suas políticas sobre o lugar.

As respostas à este problema começaram a surgir a partir da realização da pesquisa de campo, a qual acrescentou conhecimentos novos e úteis aos já existentes sobre a comunidade, prática esta considerada por Demo (1989); Minayo (1993); Silva e Menezes (2001), como contribuição para o avanço da ciência sem a obrigatoriedade de uma aplicação prática prevista.

Para apresentar a pesquisa este estudo fez um levantamento bibliográfico, contando com ajuda de autores e documentos oficiais, que forneceram os pressupostos teóricos e os conceitos norteadores discutidos em quatro capítulos. O primeiro percorre uma análise geral das discussões que serão abordadas neste estudo, iniciando pela apresentação de um novo paradigma envolvendo a relação homem e natureza a partir das Revoluções Industrial e Científica e a utilização da mesma como um recurso a ser transformado, destacando o uso da energia elétrica como exemplo deste novo comportamento mundial, além da apresentação do problema, da justificativa da temática utilizada para a construção desta dissertação e de seus objetivos.

O segundo capítulo faz uma abordagem histórica da relação homem e natureza, demonstrando em diferentes períodos como se dava a interação entre eles, destacando a importância das populações tradicionais quilombolas na valorização do meio ambiente e na cultura dos antepassados. Trata também das conquistas alcançadas pelos remanescentes de quilombos no Estado do Pará a partir de sua organização política, discutindo a implantação do Programa Luz para Todos e seus impactos na Comunidade de Igarapé Preto, assim como as ações do Governo para conter esses impactos, chamando atenção para as interferências ocorridas no meio natural, em função do avanço da tecnologia, sendo esta considerada a grande influenciadora das mudanças na visão de mundo das sociedades modernas que conduziram as transformações do seu meio natural, social, econômico e cultural, fazendo referência a formação de um movimento de contestação a essas mudanças, encabeçado pela Ciência Ecologia, que dentre tantas observações, destaca a importância das populações tradicionais no meio rural e a ação positiva das mesmas para a conservação do meio ambiente.

Destaca também a presença de áreas de remanescentes de quilombos, como exemplos de populações tradicionais, focalizando a Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, e a preocupação da mesma com a preservação e conservação dos recursos naturais das florestas, assim como as conquistas políticas

O terceiro capítulo trata dos procedimentos metodológicos utilizados para obtenção dos dados e a amostra da pesquisa, caracteriza a área onde foi realizado este estudo e destaca o acesso à comunidade.

No quarto capítulo é feita a análise dos resultados a partir dos dados obtidos em campo, fazendo um “link” com o referencial teórico utilizado que ajudaram a fundamentar as discussões tratadas na pesquisa, a estrutura familiar, o perfil sócio-econômico da mesma e a organização do espaço produtivo; analisando as alterações pelas quais a comunidade passou a partir da chegada da energia elétrica e os impactos do Programa Luz para Todos na estrutura da mesma, além das ações dos movimentos sociais para manter os traços culturais da comunidade e do poder público para conter tais mudanças, sem impedir o processo de desenvolvimento da mesma e encerrando as discussões com as considerações finais, onde são destacadas as principais alterações observadas na comunidade.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 O homem, a história e suas complexas relações: vivendo e interferindo na natureza.

O Homem vive da natureza, isto significa que a natureza é o seu corpo com o qual ele deve permanecer em processo constante, para não perecer. O fato de que a vida física e espiritual do homem se relaciona com a natureza não tem outro sentido senão o de que a natureza se relaciona consigo mesma, pois o homem é parte da natureza (Karl Marx)

As questões que envolvem a relação homem e natureza estão pautadas em variadas discussões desde muito tempo e a sua análise ajuda a entender a evolução do pensamento humano, nos diferentes períodos históricos.

Na antiguidade, o convívio da espécie humana com o meio ambiente se caracterizava por meio da própria capacidade de sobrevivência da mesma, na medida em que ela dependia dos produtos coletados e da caça para sobreviver, com o tempo esta relação passou a se basear em princípios religiosos e ritualísticos, onde cada árvore, nascente, córrego ou montanha tinha seu próprio espírito protetor.

Whitte (1967) afirma que neste período, antes de alguém cortar uma árvore, cavar uma mina em uma montanha, ou represar um córrego, era importante apaziguar o espírito protetor encarregado daquela determinada situação e mantê-lo aplacado.

A partir da elaboração de grandes sistemas filosóficos sobre a natureza e o homem, onde se buscava uma explicação racional para a origem de todas as coisas a partir da natureza, uma vez que a mesma era considerada a mãe de todo o universo, o olhar do homem se dirigiu à natureza de maneira racional, não utilizando mais as explicações e justificativas míticas, a natureza é um “ente” a ser protegido e cultuado, sendo a justificativa da existência humana.

Segundo Vieira (2007) neste período, cabia aos homens a função de proteger o meio, cientes de que a sua destruição implicaria na própria quebra da lógica da vida. Na Idade Média, ao homem era atribuído o domínio de tudo, a natureza ficava em segundo plano, sendo vista como um objeto presenteado aos mesmos por Deus, cabendo a ela a função de alimentá-los e, por sua vez, sujeitar-se aos seus caprichos. As idéias religiosas prevalecem e a divindade é soberana.

Tais princípios sofrem alterações a partir do período do Renascimento, quando o homem se coloca como centro do Universo (Antropocentrismo), consagrando a si mesmo um poder absoluto sobre a natureza, se opondo a ela, a ciência predomina e está munida de técnicas avançadas de observação e questionamento do mundo (GONÇALVES, 2008). Neste período a natureza passa a ser considerada sem alma, sem vida, mecânica e geométrica.

O século XVIII foi um período marcado pela emergência da industrialização na Europa, a ação transformadora do homem sobre a natureza, encontrou no pensamento iluminista um escopo na defesa do progresso e o homem começa a aperfeiçoar o seu mundo mediante o trabalho, a natureza se torna um simples recurso a ser transformado em riqueza, obedecendo à lógica utilitarista desenvolvida a partir das Revoluções Técnico-Científica e Industrial, as quais abriram as portas das sociedades para as indústrias e serviços que foram importantes para o seu desenvolvimento, foi graças a essas revoluções que o modelo capitalista de produção e consumo amadureceu e se constituiu num sistema econômico, suplantando os vestígios do feudalismo.

No século XIX, esta relação do homem com a natureza ganha uma nova dinâmica, pois a sociedade começa a experimentar um elevado índice de consumo de bens e a consequente industrialização dos mesmos, a natureza é concebida como um recurso a ser explorado, a tecnologia está a serviço do capital, voltada para a produção de mais-valia e lucro, há o aumento da quantidade de matéria-prima transformada, que destrói as florestas causando efeitos negativos sobre os recursos naturais, foi assim nos grandes centros urbanos e se refletiu também nas áreas rurais.

Assim, esse resgate histórico leva a compreender que o processo natural de evolução humana levou a prática de agressões à natureza e respondeu a uma necessidade natural da humanidade a partir do seu crescimento econômico e da necessidade de exploração dos recursos naturais.

Na comunidade de Igarapé Preto, foco de análise desse estudo, a história foi semelhante, os relatos dos moradores comprovam que no passado, a relação dos homens com a natureza, se dava de modo mais harmônico. Eles retiravam da natureza apenas o seu sustento, sem causar grandes alterações na paisagem natural e sem destruir as espécies do local. As mudanças começaram a ser percebidas nessa relação a partir do momento em que madeiras e fazendas se instalaram no local e começaram a manter uma prática de retirada desordenada dos recursos da floresta.

Neste sentido, a idéia de que a natureza está submetida ao homem se fortalece e causa impactos que podem alterar definitivamente a ordem natural do meio ambiente. Em contrapartida à essa lógica, no século XX, a história experimenta a construção de uma forte contestação a este pensamento, o que possibilitou o surgimento de um novo paradigma baseado nos princípios da diversidade das espécies e da valorização e interdependência entre as mesmas.

Gonçalves (2008) destaca o surgimento da Ecologia, como uma ciência que tem a preocupação em resgatar a importância das populações tradicionais que habitam as áreas rurais e a valorizar as ações positivas que as mesmas praticam no intuito da preservação do meio ambiente, chamando atenção para as consequências do progresso científico e tecnológico sobre o mesmo.

Em vista dessas mudanças iniciadas com o surgimento da Ecologia, outras posturas passaram a ser observadas envolvendo essa relação homem e natureza, que levaram a sociedade a refletir a respeito de suas intervenções no mundo natural e a pensar ações que devem ser colocadas em prática para melhorar ou amenizar tal situação, considerando o conhecimento oriundo das populações que habitam as florestas e que historicamente vem mantendo com ela uma relação harmônica.

## **2.2 A preservação de valores e tradições no meio rural: a importância das populações e ou comunidades tradicionais**

A Constituição Federal de 1988 é um marco histórico no processo de redemocratização política do Brasil, sendo entendida como elemento primordial na solidificação dos direitos individuais e coletivos, reconhecendo, além dos mesmos, outras formas diferenciadas de organizações e identidades sociais coletivas e culturais de distintos segmentos da sociedade brasileira. Este é o caso, por exemplo, dos direitos reconhecidos aos povos indígenas e comunidades quilombolas.

Neste sentido, tem-se então a formação da idéia de identidades coletivas sendo aplicado ao termo comunidades, no sentido de grupos, dando forças também ao conceito de populações e territórios, como espaços essenciais para a interação entre grupos indígenas,

quilombolas ou seringueiros, cabendo ao Estado a reelaboração de políticas de regularização fundiária para atender a essas demandas.

Segundo Wagner apud Glass (2007), a formalização deste reconhecimento, desbanca a visão positivista de homogeneidade da população (a concepção de “povo brasileiro”), é fruto de uma multiplicação do processo de organização política nas entranhas do país protagonizado pelas mesmas. Para ele, idéia de povo, como noção de sociedade homogênea, vai sendo substituída pela idéia de povos, o que confronta a concepção de uma única identidade coletiva, fruto das lutas e articulações dos movimentos sociais.

Wagner ainda afirma que além do reconhecimento de sua identidade coletiva, o cerne destes movimentos é a demanda não mais por terra, mas por territórios, onde possam manter e desenvolver suas próprias organizações econômicas e culturais. Fato que pode ser comprovado na área onde está localizada a Comunidade de Igarapé Preto, objeto de análise deste estudo, a qual compõe, juntamente com mais onze comunidades o Território Quilombola de Igarapé Preta e Baixinha, na região do Baixo Rio Tocantins, no Estado do Pará.

A Constituição Federal, no seu artigo 3º do Decreto nº 6040, de 7/02/2007, define territórios tradicionais da seguinte forma:

Espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (Capítulo, artigo 3º do Decreto 6040 da CRFB/88)

Deve-se ressaltar que para efeito deste estudo, o termo utilizado para se fazer referências a estas identidades coletivas do local, é populações tradicionais, as quais são identificadas historicamente como aquelas que possuem um vasto conhecimento sobre a natureza e uma rica cultura que fora adquirida ao longo de várias gerações.

O entendimento aqui desenvolvido tem o propósito de destacar a importância destas para a preservação de valores e tradições, estando de acordo com a ótica defendida pelos ambientalistas, segundo os quais o fato de serem denominadas tradicionais não significa dizer que sejam atrasadas, inacessíveis ao progresso ou a modernização, elas podem ser tão modernas quanto uma população urbana, o que as faz diferentes é a sua relação conservacionista com o meio ambiente.

Neste sentido, a comunidade de Igarapé Preto é apresentada neste estudo como um exemplo de população tradicional, apesar dos sinais de modernização observados na área, pois apresenta um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a sua subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto, derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável.

Arruda (1999, p. 3), ratifica esta afirmativa definindo populações tradicionais como: “grupos humanos que são capazes de utilizar e ao mesmo tempo conservar os recursos naturais das florestas, sem provocar grandes alterações no ambiente”.

O mesmo autor afirma que estas populações, são representadas por caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes - em geral ocupam a região há muito tempo e não tem registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. Sua entrada na discussão sobre “meio ambiente” deu-se a partir de debates sobre a presença humana nas UCs (Unidades de Conservação).

A WWF – Brasil, organização não-governamental brasileira dedicada à conservação da natureza, integra a Rede WWF, uma das maiores organizações de conservação da natureza no mundo, foi criada em 1996, com os objetivos de harmonizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade e promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações. Esta organização define as UCs como áreas de preservação ambiental legalmente instituída pelo poder público, nas suas três esferas Municipal, Estadual e Federal.

Estas unidades são reguladas pela Lei 9.985, de 2000 da Constituição Federal, que institui o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e estão divididas em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável. A presença humana nessas UCs, desperta uma antiga discussão, envolvendo os países pioneiros na criação dessas unidades e os mais recentes na adoção dessa idéia, onde os primeiros estabeleceram a tradição de que dentro desses locais não caberia a presença da espécie humana.

No caso do Brasil, esta tradição não cabe em função desses espaços serem ocupados por uma parcela de diferentes grupos humanos que organizam seu modo de vida a partir da

extração dos recursos naturais oferecidos, tendo como princípio não só a conservação da natureza, mas também à preservação de valores, tradições e culturas.

Neste sentido, os comportamentos desenvolvidos por estes diferentes grupos sociais, ao serem analisados sob a ótica das UCs, podem ser vistos de forma positiva e representam uma antecipação do tipo ideal de sociedade que se quer neste século, que proteja o meio ambiente e exerça uma atitude conservacionista. Caso contrário, colocará em risco a própria sobrevivência e da sua posteridade.

Muito embora essas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com a natureza, vem sendo afastadas dos grupos de decisões que elaboram qualquer contribuição que possam oferecer à conservação da mesma, levando em consideração o conhecimento que possuem do local que habitam fato que se distancia da proposta contida na Constituição Federal, onde está escrito que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Capítulo I, artigo 5º da CRFB/88)

A realidade observada na comunidade de Igarapé Preto, não se difere do que comumente se observa em relação as tomadas de decisões quanto a elaboração de diretrizes, pois normalmente suas representações são deixadas de fora desses grupos de articulação e execução de ações, o que é preocupante, em função de que sua população é a mais interessada nos benefícios.

Desta forma, vale destacar a luta da comunidade em prol de ter seus direitos constitucionais atendidos, a partir da organização de sua associação, que viabilizou, dentre tantos benefícios, o reconhecimento dos direitos constitucionais das famílias. Os direitos constitucionais dessas populações passaram a ser reconhecidos a partir da promulgação do Artigo 68 da CRFB (Constituição da República Federativa do Brasil), no seu ADCT (Ato das Disposições Transitórias), que assegurou aos remanescentes das comunidades de quilombos, por exemplo, à propriedade definitiva das terras que estejam ocupando, cabendo ao Estado a emissão dos títulos de posse.

Esta determinação não é nova, remonta a Lei 6.001 de 1973, ainda promulgada no governo do então Presidente da República Emílio G. Médici, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo atual Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A Constituição de 1988, já reconhecia o uso comum das terras indígenas, de preto e de extrativistas como legais, portanto merecedoras de titulação permanente, cabendo ao INCRA a incumbência de realizar os procedimentos administrativos necessários para isso, a partir do Decreto 4.887/2003 da Constituição Federal.

Ferreira e Andrade (2002) contribuem nessa discussão afirmando que as ações da sociedade civil, em prol da conquista de seus direitos constitucionais, se constituem num grande desafio para o setor público, pois leva ao questionamento e tentativa de entender o papel do Estado neste contexto, já que dele decorrem as definições de responsabilidades que devem estar presentes nas políticas públicas a serem implementadas e os limites de atuação das instituições envolvidas.

Portanto, foi a partir dessas ações organizadas que se observou na história do Brasil uma nova demanda ou pauta de reivindicações na política nacional sendo construída, visando o resgate da história dos quilombos no Brasil, a valorização da cultura e a garantia de direitos constitucionais aos seus remanescentes, tendo como diferencial a participação dos mesmos nos direcionamentos a serem tomados em relação às suas comunidades.

A partir dessas determinações legais é possível perceber em Igarapé Preto a construção de uma nova mentalidade, baseada na conquista dos seus direitos que trouxeram algumas inovações para a comunidade.

### **2.3 A presença de áreas de remanescentes de quilombos no Estado do Pará: a comunidade quilombola de Igarapé Preto**

Os “mocambos”, “quilombos”, “comunidades negras rurais” e “terras de preto”, vários nomes dessas áreas de resistências, tiveram origens diversas. Uns foram criados em fazendas falidas. Outros pelas doações de terras para ex-escravos. Algumas terras foram compradas pelos escravos alforriados. Outros ganharam áreas como reconhecimento da prestação de serviços de escravos em guerras (Balaiada, Paraguai). Houve ainda algumas que eram terras de ordens religiosas deixadas a ex-escravos no início da segunda metade do século XVIII.

No texto constitucional, para orientar e auxiliar a aplicação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, tem-se a

utilização do termo “remanescente de quilombo” para designar os membros das comunidades negras rurais espalhadas pelo território brasileiro.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) divulgou, em 1994, um documento elaborado pelo grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais em que se define o termo “remanescente de quilombo”, como: “grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.”

Deste modo, comunidades remanescentes de quilombo são identificadas como grupos sociais que possuem uma identidade étnica, a qual os distingue do restante da sociedade. De acordo com Mesquita (2010), a identidade étnica é caracterizada *como um conjunto de características socio-antropológicas de cada um, que os une em determinados grupos, diferenciando-os de outros.*

*Logo se faz pertinente enunciar que* o mais importante é perceber a consciência que os grupos tem deles próprios e em relação aos outros, pois não faz sentido falar em etnicidade em culturas isoladas, mas sim num contexto multi-étnico. Segundo Barth (1984), identidade étnica se expressa pelo ato de um grupo poder contar "com membros que se identificam a si mesmos e são identificados pelos outros".

Cunha (1987) entende que a identidade étnica das famílias de Igarapé Preto nasce a partir da identificação dos seus membros com múltiplos fatores que os aproxima, como: a ancestralidade comum, a forma de organização política e os elementos linguísticos e religiosos compartilhados.

A presença de áreas de remanescentes de quilombos no Brasil representa um indicador histórico de resistência dessas populações contra o regime da escravidão, assim como de luta pela preservação do meio ambiente, conquista à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras, bem como do livre exercício de suas práticas, crenças e valores, nas áreas onde estão instaladas.

Emmi (2006) afirma que as lutas dos remanescentes de quilombos começaram a emergir no contexto das mobilizações étnicas na América Latina, somente a partir do fim da década de 70, quando o movimento negro começa a fortalecer as discussões acerca dos direitos constitucionais da população negra brasileira, levando a sociedade a refletir sobre a pluralidade e diversidade étnica e cultural da sociedade, princípios que foram expressamente declarados na Constituição Federal de 1988.

Foi no Estado do Pará que aconteceu a primeira titulação de terra de remanescentes de quilombos no Brasil, em cumprimento ao Artigo 68 do ADCT de 1988. A primeira resposta a esse artigo surge em 20 de novembro de 1995, quando a comunidade quilombola de Boa Vista situada no município de Oriximiná/PA, recebeu do INCRA o título de propriedade de seu território com 11,5 Km<sup>2</sup>, essa titulação foi um marco que consolidou o entendimento de que este artigo é auto-aplicável e que a regularização desta categoria de terras deve ser coletiva, respeitando a forma como os quilombolas concebem e ocupam os seus territórios.

Após essa conquista, outras comunidades também se mobilizaram no mesmo sentido, recebendo o suporte necessário de instituições, como: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), Centro de estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e outros, no seu processo de auto-reconhecimento enquanto áreas de remanescentes de quilombos, beneficiando-se dos dispositivos constitucionais, alcançando seus títulos definitivos da terra e acesso a cidadania.

No decorrer deste processo, a Fundação Palmares, teve a iniciativa de elaborar um cadastro das comunidades quilombolas existentes no Brasil, até o ano de 2002. Tal levantamento, de acordo com Almeida (2005), apontou a existência de 743 áreas de comunidades quilombolas espalhadas, de norte a sul do País, ocupando uma área de cerca de 300.000 Km<sup>2</sup>, ressaltando que embora este levantamento seja uma referência oficial, hoje, de acordo com dados levantados pelo Centro de Cartografia aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília, existe registros de 2.842 comunidades quilombolas espalhadas por todas as regiões do País.

De acordo com estimativa da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAC), existem cerca de 5.000 mil comunidades quilombolas espalhadas por todo o Brasil - dentre as quais mais de mil estão localizadas nos nove estados da Amazônia brasileira, desse total, cerca de 400 estão no Estado do Pará.

Tal fato revela que a existência dessas comunidades de remanescentes neste território representa um indicador da luta, resistência e participação dos negros (as) em movimentos reivindicatórios populares, como a Cabanagem, por exemplo, onde os (as) mesmos (as) buscaram de diferentes formas libertarem-se das condições de opressão da escravidão.

No caso da comunidade de Igarapé Preto, sua mobilização em busca dos direitos constitucionais gerou mudanças na sua estrutura que facilitaram o acesso a serviços, antes não

existentes, representando um avanço no processo de conquista à cidadania, a partir do modelo de sociedade moderna e industrial que se fixou no Brasil.

De acordo com Carvalho (2001) a identificação histórica dos moradores de Igarapé Preto, está gravada na memória dos antepassados escravos e apresenta diferenciação de opiniões quanto a sua origem. Alguns moradores afirmaram ser da herança dos senhores de escravos; outros declararam ter ocorrido a partir da ocupação e exploração das terras por meio do sistema de aviamento (espécie de crédito sem dinheiro, onde o aviador supria de mantimentos os coletores de “drogas do sertão”, recebendo como pagamento o produto físico); ou ainda de fuga dos negros convocados para a Guerra do Paraguai e também da vinda dos mesmos da cidade de Caiena, na Guiana Francesa.

A partir destes ajuntamentos, formou-se a população quilombola neste território, a qual está estimada em 565 famílias distribuídas nos 173,6 Km<sup>2</sup> de terras demarcadas pelo ITERPA no ano de 2002, das quais 86 residem na comunidade de Igarapé Preto e o restante está distribuído nas outras comunidades ou municípios mais próximos, que formam o território de Igarapé Preto e Baixinha, como: Cameté, Baião, Mocajuba e Oeiras do Pará.

De acordo com a pesquisa de Carvalho (2001), existia uma relação de dependência entre homem e natureza, haja vista que a vida e a organização social dos moradores da comunidade no passado, giravam em torno de atividades primárias, voltadas para a subsistência. As famílias tinham uma relação muito próxima com o Igarapé, o qual tinha uma função muito importante, pois era de onde os moradores retiravam água para beber, tomar banho, usar na cozinha e também para o lazer. Nele havia fartura de peixes, caças e frutas e ninguém passava fome.

Economicamente, sustentavam-se a partir do cultivo da roça, onde plantava mandioca, frutas, arroz, alimentos que compunham a base de sua alimentação. A construção desta roça obedecia a estrutura tradicional na sua organização, a partir da derrubada e queima da vegetação primária da floresta no entorno da comunidade. Desta maneira, as famílias incorporavam, de acordo com Martins (2005) nutrientes ao solo e aí estabeleciam uma comunidade de plantas que apresentava heterogeneidade de espécies.

Quanto à paisagem natural, tradicionalmente na área do entorno da comunidade, o recobrimento vegetal é constituído pela presença de florestas, com árvores de porte elevado, como a castanheira, o mogno, maçaranduba e outras; nas áreas próximas aos rios, onde existem influências de inundações periódicas ou esporádicas, destaca-se a presença de

espécies úteis na alimentação como o açaí e o buruti; nas áreas de terras firmes, onde a mata primitiva foi removida pela ação de desmatamento, observa-se a presença de floresta secundária ou Capoeira, em diferentes estágios de regeneração.

O desmatamento foi praticado pelas madeireiras que se fixaram às proximidades da comunidade e pelos próprios moradores da região, na construção de suas roças e por meio da construção de estradas, causando alterações na paisagem local, contribuindo também para o aumento da poluição das águas do igarapé, assim como para o desaparecimento de espécies vegetais e animais, antes muito comuns na área do entorno.

Segundo Fearnside (2006), o desmatamento causa impactos ambientais severos, como a perda de oportunidades para o uso sustentável da floresta, assim como a regularidade de importantes serviços ambientais prestados pelas florestas, como: a biodiversidade, ciclagem da água e armazenamento de carbono.

Neste sentido, a região do baixo Tocantins, onde está localizada a comunidade de Igarapé Preto, contribui para o aumento dos dados estatísticos elaborados pelo INPE (2010), onde se comprova que os anos de 1995, 2003 e 2004, foram os mais críticos em relação à destruição do meio ambiente, com mais de 25 mil quilômetros quadrados devastados em cada um desses anos, ratificando que a exploração madeireira é uma atividade econômica sempre crescente na Amazônia brasileira, e tem sido assim ao longo dos últimos tempos.

Quanto à organização política da comunidade, esta foi iniciada a partir da formação da Associação de Remanescentes de Quilombos de Igarapé Preto e Baixinha (ARQUIB), a qual abriu as portas da comunidade para novas possibilidades de acesso, que trouxeram mudanças significativas na sua estrutura, como por exemplo, a conquista da titulação das terras, abrindo também as possibilidades para a formação de associações, cooperativas e sindicatos, que promoveram a agregação das famílias, fornecendo conhecimentos a respeito dos direitos constitucionais, fortalecendo as bases e as lideranças das mesmas.

Carvalho (2001) ratifica esta afirmativa dizendo que, o processo de organização política das comunidades negras do Baixo Rio Tocantins, se deu, a princípio, a partir da formação da “Associação Colônia Reunida”, que englobou 33 comunidades distribuídas em quatro diferentes municípios (Baião, Mocajuba, Oeiras do Pará e Bagre), sendo desmembrada em 1999, para a formação de uma única associação, a ARQUIB, no ano de 2000, que engloba as comunidades de Igarapé Preto, Baixinha, Pampelônia, Itapecuru, Araquembal, França, Cupu, Campelo, Igarapezinho, Teófilo, Calados, Carará, Porto de Oeiras e Tatiqara. Esta

forma de associação permitiu a comunidade tomar conhecimento de seus direitos contidos na Constituição e a lutar coletivamente pelos seus objetivos.

Tal estratégia se deu em virtude da área reivindicada abranger aproximadamente 1.000 Km<sup>2</sup>, o que era considerado um espaço muito extenso e comprometia o processo de titulação coletiva, associado a isto ocorria também a dificuldade em reunir os membros das 33 comunidades nas discussões coletivas da associação e isto dispersava a coesão do movimento.

A partir deste desmembramento, o processo de titulação tornou-se mais ágil e a comunidade recebeu a titulação coletiva de suas terras, em 29 de Setembro de 2002. Após essa conquista, a comunidade vivenciou novos desafios no sentido de requerer dos seus representantes governamentais habilidade e sensibilidade para fazer valer o que está previsto em lei e garantir acesso a serviços antes não existentes no local, mas de fundamental importância para o desenvolvimento do mesmo, como saneamento básico, energia e educação.

Emmi (2006) afirma que a resistência dos quilombolas em permanecer em seus territórios encontrou respaldo legal na Constituição Federal de 1988, que reconheceu as terras das comunidades remanescentes de quilombos como de propriedade definitiva desse segmento, devendo em seu favor ser titulada, ficando a emissão dos títulos, na esfera federal, a cargo do INCRA e da Fundação Cultural Palmares, e na esfera estadual sob a responsabilidade dos órgãos responsáveis pela política fundiária.

No caso de Igarapé Preto, o reconhecimento dos direitos constitucionais estimulou a formação da identidade quilombola dos seus moradores, a qual vem sendo fortalecida por meio da participação em fóruns, conferências e congressos, onde os mesmos têm a possibilidade de formular suas propostas visando à garantia de seus direitos, seu espaço social, bem como o reconhecimento de sua distintividade cultural, proporcionando às famílias que residem nessa área, qualidade de vida e introduzindo melhorias na infra-estrutura, considerando que estas melhorias estão de acordo com os valores da sociedade moderna industrial.

Estas mudanças advindas da organização política da comunidade, obedecem às determinações do Decreto 4887/2003 da Constituição Federal, que além de apresentar um novo caráter fundiário, reconheceu também o valor cultural e histórico que têm as terras para as comunidades quilombolas, onde as famílias construíram suas histórias, a partir dos ensinamentos dos seus ancestrais. Este em seu parágrafo 1º do artigo 2º determina que: Para

fins deste decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades de quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade, essas determinações permitiram a agregação das famílias e forneceu conhecimentos a respeito dos direitos constitucionais, promovendo acesso a cidadania, refletidas na melhoria de serviços.

### **2.3.1 O acesso ao serviço de energia elétrica como uma tentativa de inclusão**

O fornecimento de energia elétrica no Brasil foi iniciado em 1879, com a inauguração da estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II - atual Estrada de Ferro Central do Brasil, fato que deveria ser considerado um avanço na história do desenvolvimento do país, acabou por se tornar um problema, em função dessa distribuição não ter acontecido de forma igual e homogênea em todo o território, ficando concentrada nas áreas urbanas.

Foi a partir da criação da Agenda 21, documento elaborado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, que a utilização da eletricidade passou a ser colocada como um insumo energético capaz de atender as necessidades do pequeno proprietário rural.

No final do ano 2000 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) iniciou discussão pública sobre um projeto de resolução que visava acabar com a carência de luz elétrica nos lugares mais distantes e isolados do Brasil. O resultado dessa discussão gerou a publicação, em abril de 2002 da Lei 10.438 que, entre outros assuntos, trata da universalização do atendimento de energia elétrica.

Esta determinação se coloca como um grande desafio para o setor elétrico brasileiro que era tornar real a oferta dos serviços de energia às famílias que residem nas áreas rurais, nesse início de século XXI, pois a escuridão em algumas dessas áreas do País era uma realidade.

Mas, dados de 2005 da ANEEL comprovavam que somente nas regiões Norte e Nordeste as deficiências no atendimento de eletrificação domiciliar, alcançavam cerca de 65% das casas da zona rural.

Tavares (2007) observa que parte desses problemas estão relacionados ao fato de que na região amazônica, as redes de distribuição de energia elétrica das concessionárias estaduais

não formarem uma rede regional, pois não existem conexões entre todos os estados amazônicos. Consta-se nessa região, que a eletrificação encontra-se concentrada nas capitais estaduais e sedes municipais, enquanto que menos de 1% da área rural é atendida.

Tavares (2005) chama atenção para o fato de que parte deste atraso no fornecimento de energia deve-se também ao fato de que nesta área, o sistema integrado era bastante utilizado. Fato que dificultava e encarecia a distribuição de energia pela área, o que se caracterizava como um aspecto negativo.

No Estado do Pará existem municípios desenvolvidos e outros com baixo nível de desenvolvimento, uns são marcados pela precariedade de assistências, outros por uma realidade totalmente diferente, principalmente quanto ao fornecimento de energia elétrica, a exemplo dos municípios do nordeste e Sudeste paraenses, que gozam dos benefícios de uma rede hidrelétrica em expansão.

No caso dos municípios do nordeste do Estado, principalmente os da região do baixo rio Tocantins, onde está localizada a Comunidade de Igarapé Preto, até o ano de 1988, apresentava o seguinte quadro: a área não se encontrava conectada à rede de energia hidrelétrica; a economia local de alguns de seus municípios se evidenciava como pouco desenvolvida em comparação ao sudeste paraense; o extrativismo vegetal e animal, assim como a agricultura de subsistência constituíam essencialmente às suas bases econômicas; as suas malhas urbanas e viárias também estavam precárias, o que limitava e inviabilizava a circulação no espaço.

Na comunidade de Igarapé Preto, até meados do mês de novembro de 2003, suas famílias não possuíam energia elétrica, a não ser aquelas que tinham um motor de geração de energia em casa. Considerando o desenvolvimento econômico e social dos estados do sul e sudeste do Brasil, representados por dados como: geração de emprego e renda, produção e consumo de matéria prima e energia elétrica, o extenso Estado do Pará, é marcado por contradições na sua organização.

Percebe-se que o fornecimento de energia elétrica é positivo em função de que as localidades passam a utilizar serviços como iluminação, bombeamento d'água, comunicação, refrigeração, além de iluminação nos postos de saúde, escolas e em processos de agricultura, impactando de forma positiva na melhoria da qualidade de vida e acesso as condições básicas para o exercício da cidadania nas comunidades espalhadas por esta região.

Fournier e Penteadó (2008) complementam essa afirmação, dizendo que o acesso a energia tornou-se fator indispensável ao desenvolvimento e ao bem estar individual e coletivo. Em áreas rurais, onde os hábitos diários são menos dependentes de energia, o acesso a fontes energéticas representa uma possibilidade de melhoria da qualidade de vida a partir de diversos dispositivos elétricos que podem trazer uma vida mais confortável aos moradores.

Assim, a necessidade de se universalizar o acesso a energia em todo o território nacional, permitiu o surgimento de programas como: o “Luz da Terra” (1995), o “Luz no Campo” (1999) e mais recentemente o “Luz para Todos” (2003), como uma nova política pública voltada para acabar com o déficit de energia do país e melhorar a qualidade de vida das famílias que residem nas áreas rurais do Brasil.

Assim, o fornecimento de energia na comunidade só teve início no mês de novembro de 2003, quando o Programa Luz para Todos foi implantado no local, o qual vem representar a resposta as reivindicações que eram solicitadas pelas famílias da área, desde a época dos programas que o antecederam. Este foi lançado em 11 de Novembro de 2003, com a proposta de prover o acesso ao fornecimento de energia, até o ano de 2008, para a totalidade da população do meio rural brasileiro e favorecer a permanência das famílias no campo. (CEPEL/ELETROBRÁS, 2003).

A organização e logística deste programa funcionam da seguinte forma:

É coordenado pelo Ministério de Minas e Energias e executado pela Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S/A), por meio de suas controladas: Furnas, Eletrosul, Eletronorte e Chesf Com previsão de investimentos na ordem de R\$ 12,7 bilhões. Deste total, cerca de R\$ 9,5 bilhões serão de recursos do Governo Federal, e o restante será partilhado entre os governos estaduais, as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural. (CARDOSO e KRAIMER, 2009, p.14)

O programa nasceu a partir das idéias contidas no seu antecessor, o Luz no Campo e se diferenciou do mesmo pelo fato de que nele o beneficiado não tem que pagar pela construção das linhas, a ligação da energia para os domicílios de baixa renda é gratuita, com a instalação de um ponto de luz por cômodo (até o limite de três) e duas tomadas, e pode ser solicitada à concessionária de distribuição ou à cooperativa de eletrificação rural que atende ao município, por qualquer família residente na área.

Neste sentido, a proposta do programa representa uma ação positiva do Governo, beneficiando os moradores das comunidades proporcionando o acesso a condições básicas de

cidadania por meio da utilização de serviços como iluminação, bombeamento d'água, comunicação, refrigeração, além do posto de saúde e escolas.

De acordo com Bajay (2005), o “Luz para Todos”, é um programa que causou menos impacto negativos que os outros que o antecederam, em razão de que utilizou como sistema de distribuição, além das redes de energia, os SI (Sistemas Isolados de Produção de Energia) por meio de instrumentos como: painéis fotovoltaicos, unidades a diesel, geração eólica, geração termelétrica com resíduos agrícolas ou florestais, além de óleos vegetais.

O uso dos Sistemas Isolados de Produção de Energia (SI) se contrapõe ao modelo de distribuição mais comum utilizado no País, o Sistema Interligado Nacional (SIN), que cobrava caro dos usuários pela utilização da mesma. Para a realização do fornecimento, por meio deste sistema de distribuição, era necessária a abertura de créditos por parte dos Governos para as famílias pobres de área rural ter condições de receber energia em suas casas e isto gerava o endividamento das mesmas.

Essa afirmação é confirmada por Marques et al.(2006), quando identificou que a cobrança das parcelas no programa “Luz do Campo” era feita por meio da conta de luz, independentemente dos créditos estarem em inadimplência, pois o objetivo será sempre minimizar esses saldos.

O cidadão inadimplente, mesmo que já tenha terminado o seu período de amortização, se quiser ter a luz religada ou não ter o seu nome registrado nos órgãos de proteção ao crédito, terá que acertar com Banco. Tal fato gerou uma situação delicada entre os beneficiados do “Luz do Campo”, pois estes passaram a ver os seus vizinhos serem ligados gratuitamente ao sistema de fornecimento de energia pelo Luz para Todos e começaram a boicotar o pagamento das prestações. Em função desta situação, a proposta de implantação dos SI se tornou bem vista pela população.

Tais aspectos destacados na discussão justificam a razão do programa Luz para Todos ter se tornado bem aceito e desejado pelas populações tradicionais das áreas rurais do Brasil, que não tinham acesso a energia elétrica, estando em uma condição de isolamento do resto do mundo.

Portanto, esta pesquisa que tem como foco a comunidade de Igarapé Preto sob os enfoques econômico, social-cultural e ambiental e as reflexões fornecidas por estes autores foram fundamentais para embasar as discussões em torno das alterações causadas pelo programa Luz para Todos nesta comunidade, considerando que sua entrada no mundo da

modernidade é recente, iniciado no ano de 2003 com a chegada da energia elétrica e estão acontecendo de forma constante em vista das necessidades de desenvolvimento de sua população.

Neste sentido, a utilização de energia elétrica como vetor de desenvolvimento social e econômico da comunidade de Igarapé Preto, vem contribuindo para a redução da pobreza e o aumento da renda familiar, facilitando a integração dos programas sociais do governo federal.

### **3. MATERIAL E MÉTODOS**

#### **3.1 Procedimento Metodológico**

Esta pesquisa foi desenvolvida através da técnica de Estudo de Caso, utilizando-se os métodos qualitativos e quantitativos, onde os resultados da coleta de dados são apresentados de forma estatística e interpretados, permitindo considerar as condições contextuais do fenômeno pesquisado, analisando o objeto de uma forma mais ampla.

Neste sentido, faz-se um vínculo entre a objetividade e a subjetividade das relações entre os sujeitos, a qual não pode ser traduzida em números, e ao mesmo tempo apresenta alguns valores numéricos que expressam opiniões e informações para a análise das questões pesquisadas. Fez-se também a análise e interpretação das bibliografias mais importantes sobre o tema trabalhado, o que facilitou a interpretação de tal realidade.

A coleta de dados em campo foi feita a partir da aplicação de questionários semi estruturados, elaborados com base na Escala de Likert, que é uma escala de respostas psicométricas usada para medir o nível de concordância com uma afirmação feita em um questionário. Cada afirmação incluída no questionário é chamada de Item de Likert e as possibilidades de respostas são normalmente divididas em cinco alternativas: não concordo totalmente; não concordo parcialmente; indiferente; concordo parcialmente e concordo totalmente. A Escala de Likert é, na verdade, a soma das respostas dadas a cada Item Likert de forma a compor uma representação gráfica das respostas obtidas. A escolha da Escala de Likert para medir a opinião dos perguntados nesta pesquisa deve-se ao caráter subjetivo das questões que foram levantadas junto às famílias da comunidade do Igarapé Preto, a fim de medir a opinião desses sujeitos sobre cada item e grupos de itens que formavam temas selecionados.

Os questionários apresentaram uma graduação de respostas em cinco categorias ou escalas: concordo, concordo totalmente, não concordo nem discordo, discordo totalmente ou discordo, nos quais os respondentes puderam especificar o seu nível de concordância ou não, com as afirmações propostas. Foi adotada também entrevista semi-estruturada, como forma de esclarecer as possíveis dúvidas dos pesquisados e da pesquisadora, já que nesse momento os entrevistados podem se sentir mais livres e prestar informações que vão além da primeira percepção da pesquisadora.

Para se ter a colaboração na obtenção dos dados, optou-se primeiramente em explicar os objetivos do estudo para o líder da comunidade, para que este tomasse conhecimento do assunto e comunicasse às famílias a presença da pesquisadora e dos seus objetivos. Após esse primeiro momento, foi feita a distribuição dos questionários nas residências, onde os moradores ficaram a vontade para respondê-los ou não.

A escolha das famílias que contribuíram com informações neste estudo ocorreu ao acaso, não houve uma seleção prévia de residências que seriam visitadas e os questionários foram respondidos de acordo com a disponibilidade de tempo dos (as) chefes (as) de família. O processo de aplicação dos questionários durou em média oito dias, entre os dias 5 e 12 de outubro de 2009, não sendo utilizado nenhum critério especial de escolha para o período da pesquisa de campo. Durante este período de convivência os laços de reciprocidade com crianças, mulheres e homens na comunidade, foram aumentando, assim como a familiaridade com os hábitos, costumes, geografia e recursos naturais presentes no local, o que tornou a estadia neste período bastante agradável.

A partir das informações obtidas foi feita a análise dos dados, a qual se baseou na teoria do materialismo histórico-dialético, ajudando a compreender como a política pública do Luz para Todos promoveu o desenvolvimento político e econômico da comunidade, dando à mesma acesso à saúde, saneamento e educação, frutos da organização política da mesma, criando uma nova dinâmica social, como uma forma de manutenção do sistema.

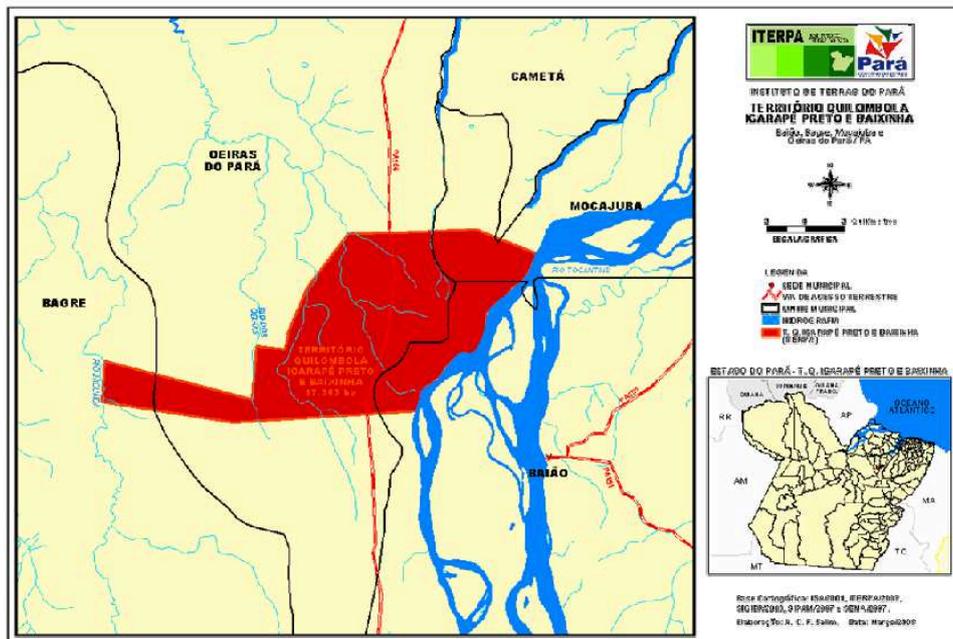
No período de pesquisa de campo ocorreram situações já previstas, onde alguns entrevistados tiveram dificuldades em responder as questões ou interpretá-las. A solução encontrada foi a intermediação indireta e isenta da pesquisadora na interpretação dessas questões e também na orientação das respostas junto aos entrevistados (as). Neste procedimento, algumas anotações foram feitas no rodapé dos questionários, aproveitando a verbalização dos entrevistados (as), que certamente foram de grande utilidade na interpretação dos dados e aproveitados na construção do texto, o que não desconsidera, muito menos invalida a qualidade do estudo e dos dados obtidos em campo.

### **3.2 Caracterização da área de estudo**

A comunidade pesquisada ocupa um território quilombola conhecido como Igarapé Preto e Baixinha, que compreende os municípios de Oeiras do Pará, Baião, Mocajuba e uma

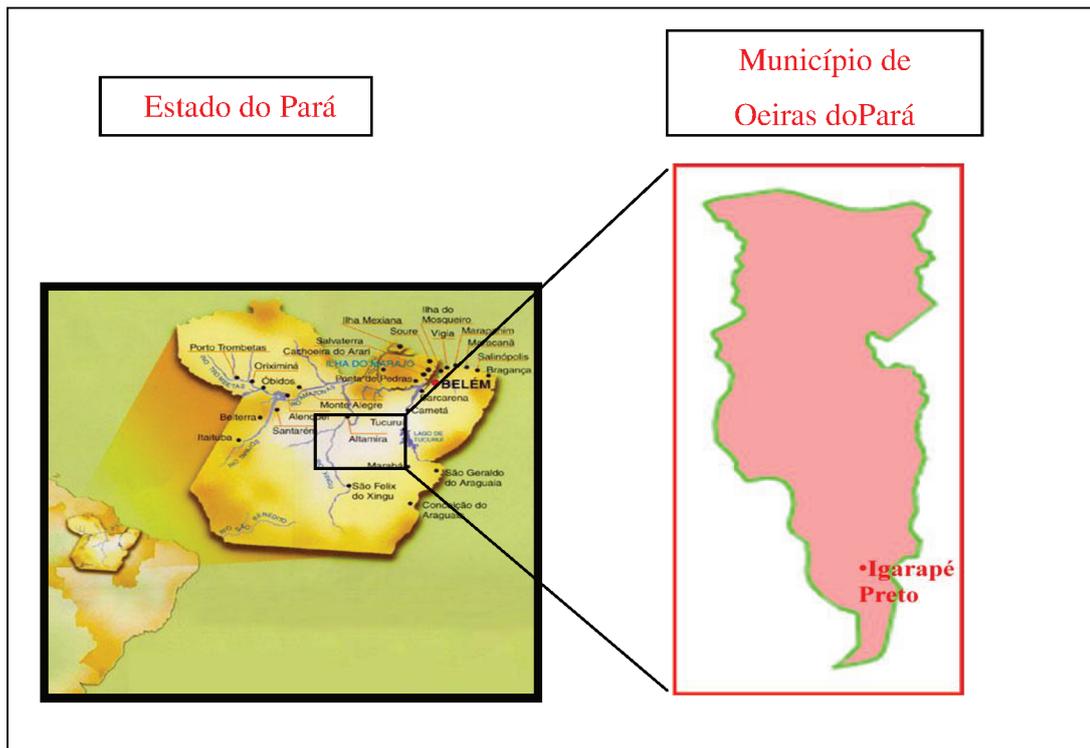
pequena faixa do município de Bagre, na região do baixo rio Tocantins no Estado do Pará, formando um conjunto de 11 comunidades espalhadas nestes municípios: Baixinha, Panpelônia, Teófilo, Varzinha, Campelo, Cupu, França, Araquenbaua, Carará, Costeiro e Igarapezinho, observado na (Figura 1).

De acordo com Carvalho (2001), a ocupação da região do baixo rio Tocantins representou o início da exploração sócio-econômica de uma das mais importantes áreas de colonização portuguesa da Amazônia, de antiga ocupação pelo branco e com uma expressiva presença de negros nas fazendas, nos engenhos e em outras propriedades, ou nas várias tarefas para a manutenção das vilas e povoados. Essa região também é marcada pela ocupação milenar de grupos indígenas de várias etnias.



**Figura 1. Território Quilombola de Igarapé Preto e Baixinha**  
**Fonte: Instituto de Terras do Pará – ITERPA**

A comunidade quilombola de Igarapé Preto está localizada as margens da Rodovia Transcametá e faz parte do município de Oeiras do Pará, mais precisamente no distrito de França, a 20 Km de distância da sede deste município (Figura 2), a uma latitude de 02°00' Sul e a uma longitude de 49°51' Oeste, com altitude de 2 Metros.



**Figura 2. Localização da Comunidade Quilombola de Igarapé Preto**  
**Fonte: Instituto de Terras do Pará – ITERPA.**

O acesso a Comunidade de Igarapé Preto pode ocorrer de modo fluvial ou rodoviário. Saindo do Terminal Rodoviário da cidade de Belém, faz-se um trajeto de ônibus, pela BR 316 no sentido do município de Baião, que dura cerca de quatro horas, percorrendo uma distância de 197 Km de distância da capital do Estado. No porta da cidade de Baião, pega-se um barco, geralmente as pessoas preferem navegar na própria embarcação da comunidade, adquirida a partir da formação da associação (ARQUIB) , onde pagam uma taxa de R\$ 3,00 para fazer este trajeto pelo Rio Tocantins, gastando em média de 45 a 50 minutos de tempo, dependendo do nível da maré ou da capacidade do motor, para se chegar ao porto da comunidade quilombola de Pampulonha.

A partir desse trecho em diante, utiliza-se novamente o transporte rodoviário - pequenas caminhonetes ou moto táxis, que fazem o trajeto até Igarapé Preto, em uma viagem que dura em média 50 minutos para percorrer 4 km, em função das condições da estrada, na realidade trata-se de um ramal que separa o porto de Pampulonha da comunidade de Igarapé Preto, cuja falta de pavimentação e a irregularidade do terreno dificultam o acesso no meio da floresta.

Além do rio, outra forma de se chegar à comunidade bastante utilizada, principalmente no período do verão, é o transporte rodoviário, que tem como principal forma de acesso a Rodovia Transcametá, a mais importante via de tráfego de cargas e passageiros da região do

Baixo Tocantins, no Estado do Pará, ela é fundamental para o escoamento da produção e interligação entre os municípios circunvizinhos a comunidade, incluindo Tucuruí, onde está localizada a Usina Hidrelétrica. O acesso também parte da rodoviária de Belém e segue em direção ao município de Marituba, de onde se segue pela Alça Viária em uma viagem que dura cerca de quatro horas em direção ao município de Cametá, de onde se pega outro ônibus em direção a comunidade, esta viagem dura em média uma hora e meia, dependendo também das condições da estrada.

A situação desta rodovia, no trecho que passa em frente à comunidade, é precária, não há pavimentação, muito menos iluminação pública ou sinalização, o que dificulta bastante o acesso no período das chuvas na região. As linhas de transmissão de energia que vem da UHE não alimentam as casas da comunidade, fato que durante muito tempo foi tema de debates entre as associações, movimentos sociais que atuam na região e os governos, no sentido de reivindicação de iluminação nas comunidades quilombolas, situação que só foi atendida com a chegada do programa Luz para Todo.

### 3.3 População e Amostra

Na comunidade atualmente residem 86 famílias, onde a maioria dos seus representantes possui características genóticas e fenóticas que os identifica como descendentes de negros. Do número total de famílias, foi calculada uma amostra para a aplicação dos questionários a partir da seguinte Equação1:

$$\{Eq 1\} n = \frac{z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (n - 1) + z^2 \cdot p \cdot q}$$

Na fórmula utilizada cada elemento tem a seguinte significação:

**n** = Tamanho da amostra

**z** = Escore z tabelado para Distribuição Normal para um nível de confiança escolhido

**p** = Proporção com a qual o fenômeno se verifica

**N** = Tamanho da população

**e** = Erro máximo permitido

Fazendo as devidas substituições, a partir do cálculo realizado tem-se então:

$Z = 1,96$  para um nível de confiança de 95%

$p = 50\%$

$q = 50\%$

$N = 86$  famílias

$e = 6,5\%$

Da aplicação da fórmula com os dados acima, chegou-se ao número de amostra da pesquisa, 63 famílias. O tempo de duração total entre a coleta de dados em campo, tabulação e interpretação dos mesmos, construção de planilhas eletrônicas, alcançou quatro meses. Para a comprovação visual das questões abordadas, foi feito o registro iconográfico da comunidade, pois as fotografias são muito úteis para uma melhor apresentação e entendimento da realidade e, neste aspecto, são instrumentos recomendáveis para a verificação das observações de campo dando maior comprovação e validação das afirmações textuais. Mapas também foram utilizados na complementação dessa abordagem visual, que identificou a localização da comunidade.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Estrutura familiar e perfil sócio-econômico das famílias de Igarapé Preto**

A sociedade atual por ser marcada pela aceleração das transformações e das informações, por meio da expansão da tecnologia dos meios de comunicação, pela contestação dos valores estabelecidos, representa inevitavelmente, um espaço onde ocorrem novas exigências e transmissões de conhecimentos entre gerações. Tal comportamento tornou-se uma prática comum utilizada tanto pelos moradores dos grandes centros urbanos quanto pelos membros de comunidades rurais, espalhadas por todo o Brasil, funcionando com um mecanismo de auto-afirmação social e cultural.

A comunidade de Igarapé Preto agrega um grupo de 86 famílias espalhadas em uma área herdada de seus antepassados, que no decorrer de seu processo de formação, construiu coletivamente sua identidade a partir dos valores e tradições repassados pelos mesmos, e passa por um processo de mudança que corresponde a essas novas exigências do modelo de sociedade moderno-industrial.

Assim este estudo, ao analisar os dados da pesquisa de campo realizada em Igarapé Preto, não deixa de referendar a pesquisa de Carvalho (2001) sobre esta comunidade, onde a mesma já constatou que neste local sempre coube aos moradores mais antigos a tarefa de organização espacial, familiar e econômica, assim como, perpetuar valores e tradições gravados em suas memórias. Tal comportamento tem prevalecido entre as famílias da comunidade e se torna um diferencial em função de que esta, por ser caracterizada como tradicional, atualmente vem passando por inovações que obedecem a lógica da sociedade capitalista, da produção de mercadorias, do consumismo e das necessidades das gerações atuais, demonstrado na análise dos dados.

Os aspectos analisados na pesquisa que se incumbe de demonstrar a estrutura familiar dos moradores e traçar um perfil sócio-econômico dos mesmos são os que se seguem: estado civil, faixa etária, atividade profissional, renda mensal e o tipo de imóvel.

De acordo com Carvalho (2001), no passado, a organização social das famílias de Igarapé Preto, estava embasada em valores tradicionais, as uniões aconteciam por meio de casamentos arranjados pelos pais, o noivo só via a noiva no dia do casamento e sempre

ocorriam entre os membros das três grandes famílias fundadoras da comunidade: Machado, Lopes e Piranga e indicava aproximação, reafirmação dos laços entre os moradores ou povoamento do local.

Com o passar dos anos, a partir dos dados obtidos na pesquisa, novos modelos de organização familiar se agregaram ao comportamento social dos indivíduos que modificaram suas práticas, reorganizando as formas de união entre homens e mulheres na comunidade. Atualmente um novo quadro é percebido na conduta destas famílias, quando se analisa, por exemplo, o seu estado civil.

Os dados colhidos em campo demonstram que atualmente há uma predominância de chefes (as) de famílias na comunidade que se declararam solteiros, correspondendo a um percentual de 78% do total de entrevistados, enquanto que outros 22% estão distribuídos entre diferentes variações de união (casados, desquitados e viúvos).

Tal fato sinaliza para uma quebra das tradições e costumes, a partir do que foi observado por Carvalho, identificando a adoção de novos comportamentos civis entre as famílias do local. Hoje, em Igarapé Preto, os casamentos geralmente ocorrem por meio de uniões não formais, também chamadas entre os moradores de amasiamento, sendo perfeitamente possível a troca de laços afetivos entre membros de grupos diferentes.

Em relação à faixa etária desses chefes (as) de família, outra mudança também é percebida, a maior quantidade é formada por jovens, cujas idades variam entre 21 e 32 anos, estes números correspondem a um percentual de 32% do total de entrevistados, em contrapartida, os (as) chefes (as) de família mais velhos (as) são representados (as) pela minoria, 1% do total, reforçando a tese de que as novas gerações estão se distanciando dos valores e tradições do passado e adotando outras, de acordo com os novos tempos (Figura 3).

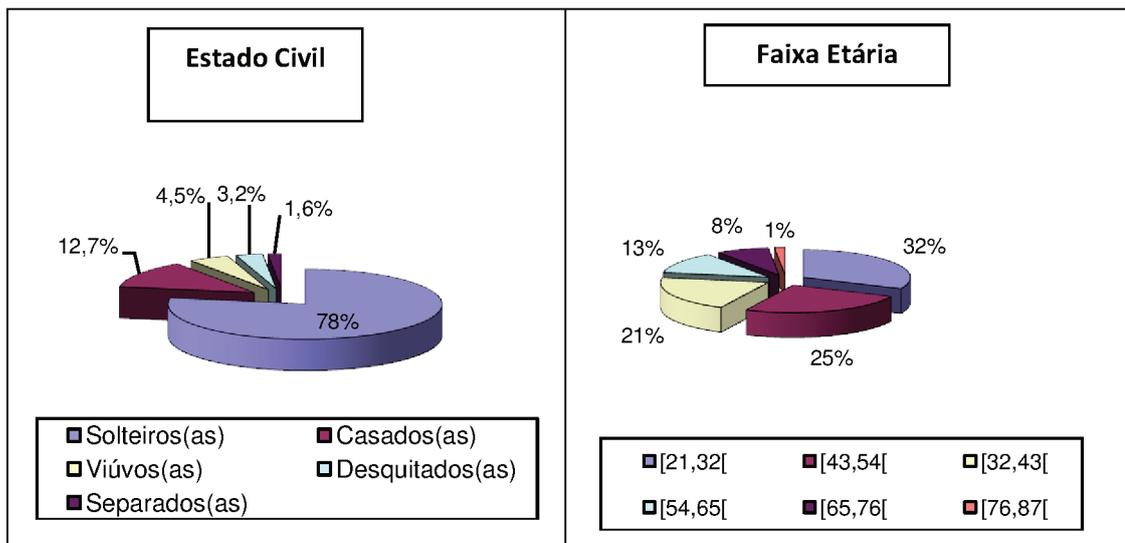


Figura 3. Percentagem de famílias por estado civil (esquerda) e faixa etária (direita).

Carvalho, em sua pesquisa, no ano de 2001, já registrava uma preocupação dos moradores neste sentido, expressa no depoimento abaixo:

Atualmente as pessoas preferem se amigar do que casar, muitas pessoas estão evitando o cartório que cobra preços muito caros para registrar o casamento, de forma que muitos não têm condições de pagar, entretanto depois de 30 pra cá mudou (o casamento), hoje a própria pessoa escolhe com quem vai se casar. (CARVALHO, p. 23, 2001).

Tal afirmativa pôde ser comprovada no decorrer da pesquisa de campo, em 2009 onde, das informações captadas por meio das entrevistas realizadas, percebeu-se no relato de uma das chefas de família, a opinião a respeito desse distanciamento e identifica a preocupação dos mais velhos, que não se mostram alheios a essas mudanças e vêm de forma negativa as uniões prematuras freqüentes na comunidade:

Hoje em dia os jovens não precisam 'casar' tão cedo, eles têm mais opções de vida, como por exemplo, estudar, fazer faculdade, trabalhar fora, no 'meu tempo', não tinha jeito, tinha que casar e fazer família. (Em entrevista com membro da comunidade. 2009).

Ressalta-se que algumas situações podem ser apontadas como influenciadoras dessas mudanças de comportamentos, entre as principais estão: poucas alternativas de trabalho e estudo para a população jovem, falta de informação, o valor cobrado pelos cartórios para a realização dos casamentos, além da liberdade sexual.

Na estrutura das famílias na comunidade, observou-se que normalmente são compostas de: adultos, idosos, jovens e crianças. Em cada casa moram em torno de 5 a 10 pessoas, incluindo pai, mãe, filhos, e em alguns casos, parentes como genro, nora, netos, sobrinhos e avós. Cabe aos chefes (as) a organização e manutenção do espaço físico para o abrigo dos familiares, além da responsabilidade sobre a formação dos mais jovens, a subdivisão das tarefas, variando desde as domésticas até as externas, como cuidar da roça e da comercialização dos produtos.

Tal fato cria a necessidade de proximidade das famílias, muitas vezes com a construção das casas dos filhos casados em torno das moradias dos mais velhos, pais e avós, o que estabelece, por si só, a manutenção da tradição, o aprendizado dos mais novos pela experiência dos mais velhos e as relações de vizinhança (PARÉ et al., 2007).

A manutenção desta estrutura familiar perpassa pelo campo da organização política dos moradores, no sentido de participar ativamente na criação de políticas públicas que valorizem as áreas de remanescentes como um local de resistência e vivência dos descendentes de africanos que aqui chegaram, mantendo também as formas de produção social, a visão de mundo e a sobrevivência das populações quilombolas como comunidades negras constituídas, com consciência de grupo e de origem.

#### **4.1.1. Organização do espaço produtivo**

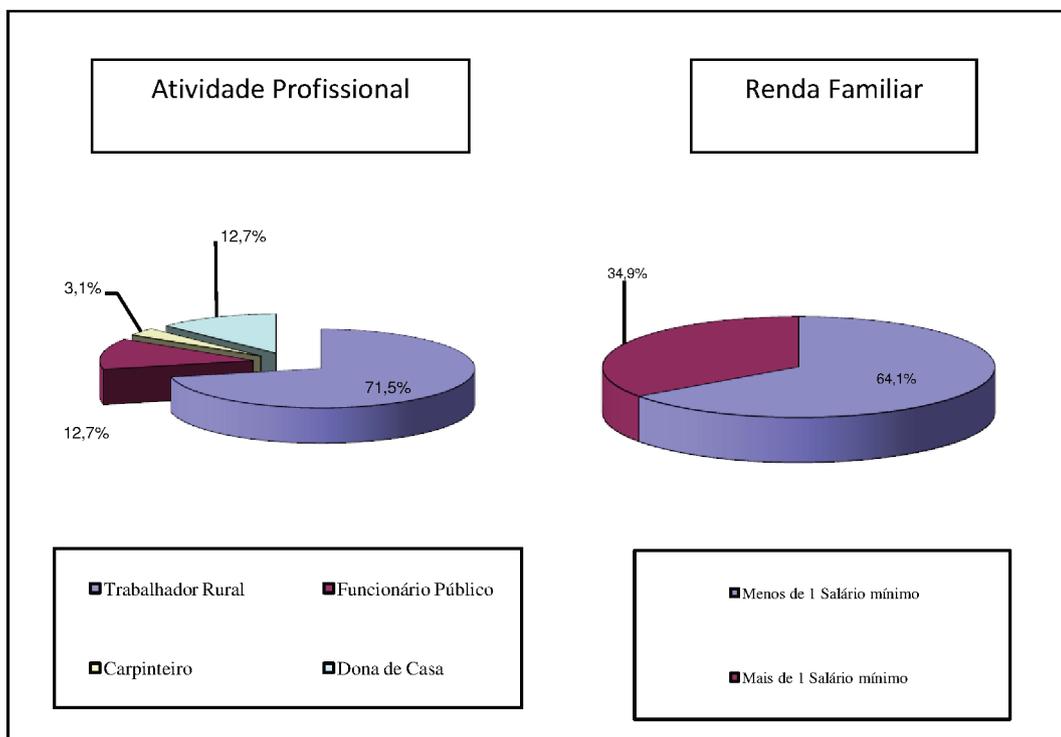
Ressalta-se que algumas situações podem ser apontadas como influenciadoras dessas mudanças de comportamentos, entre as principais estão: poucas alternativas de trabalho e estudo para a população jovem, falta de informação, o valor cobrado pelos cartórios para a realização dos casamentos, além da liberdade sexual.

Existe uma lógica espacial entre os moradores, na qual não há necessidade de que as respectivas áreas (uso comum e familiar) sejam próximas ou distantes, nem mesmo que suas atividades de cultivo e de moradia estejam confinadas em parcelas fixas, visto que essa divisão acontece baseada num consenso de grupo, e não em atos isolados. (CARVALHO, 2001, p. 46)

Tal lógica de organização espacial foi construída no passado e se caracterizou como uma forma de manter o uso coletivo da terra e a organização da mesma se fortaleceu a partir da conquista da titulação definitiva, no ano de 2002 e permanece a mesma na atualidade, reafirmando o domínio coletivo das famílias, afim de que lhes sejam garantidos os direitos previstos em lei.

Quanto a esses direitos, ressalta-se que os mesmos passaram a ser reconhecidos a partir da promulgação do Artigo 68 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), no seu Ato das Disposições Transitórias (ADCT), que assegurou aos remanescentes das comunidades de quilombos, por exemplo, à propriedade definitiva das terras que estejam ocupando, cabendo ao Estado a emissão dos títulos de posse.

Neste sentido, a garantia legal do título de posse permitiu às famílias desta comunidade se organizarem economicamente a partir das diversas atividades profissionais que praticam. Os dados coletados na pesquisa de campo são demonstrados na Figura 4 abaixo e revelam o percentual da atividade profissional e da renda familiar dos moradores do local.



**Figura 4. Percentagem de famílias por atividade profissional e renda familiar.**  
Adaptação da autora.

Do número total de famílias entrevistadas, 71,5% se declararam trabalhadoras rurais, pois exercem atividades diretamente em suas roças, onde cultivam basicamente a lavoura de subsistência, utilizando métodos tradicionais neste processo. Na comunidade planta-se basicamente o arroz, feijão, pimenta do reino, mandioca e frutas, estas atividades são organizadas exclusivamente pelos moradores, e o excedente dessa produção é vendido, geralmente com a presença do atravessador, que lucra bem mais do que os trabalhadores nesta negociação.

Uma estratégia que comumente é utilizada pelas famílias para driblar estas dificuldades é o sistema de uso coletivo da casa de farinha e da máquina de beneficiamento da mandioca, por ser este o produto mais consumido e comercializado durante o ano todo na comunidade e nem todos os moradores possuem o tacho para torrar e a máquina para beneficiar a mandioca, dessa forma eles garantem o consumo e a produção durante o ano todo.

Os respondentes afirmaram que a moeda de pagamento pelo uso desses recursos é o produto final, ou seja, a farinha ou o tucupi (líquido de cor amarela, extraído a partir da moagem da mandioca, geralmente é utilizado na alimentação, acompanhando pratos típicos, feitos com carnes brancas e vermelhas e aves ou no tacacá – bebida típica da região norte) e a goma (massa da mandioca retirada a partir da extração do tucupi, quando este líquido é deixado em repouso, de onde se faz a farinha de tapioca, a tapiquinha e o beiju, também complementos alimentares muito apreciados e comuns na região norte). Estes produtos são comercializados nas feiras das cidades de Baião, Cametá, Tucuruí ou Mocajuba.

Outro produto muito importante na complementação da renda familiar da comunidade é a pimenta do reino, cultivada nos pimentais particulares das famílias, este produto obedece a uma dinâmica diferente na sua produção, para tornar o produto comercializável, após o plantio, esse produto passa pela colheita, secagem e debulha dos grãos, e pode ser vendido em pó ou comercializado *in natura* nas feiras dos municípios próximos.

Este produto possui um valor de troca maior que os outros comercializados pelos moradores e representa a possibilidade de aumento no lucro e realização de benfeitorias nas residências, a partir da sua venda, os moradores podem: trocar os cavacos e madeiras de suas casas, por tijolos e telhas, comprar vestimentas, calçados, material de higiene e outros gêneros.

Percebe-se que a base da economia das famílias está estruturada no setor primário e a vida dos moradores gira em torno dos ciclos dos produtos que são cultivados. As famílias ao serem questionadas sobre a forma de manejo da terra, afirmaram que o sistema de pequenas roças ainda é amplamente utilizado na comunidade.

A maneira que as pequenas roças são organizadas obedece ao método tradicional, utilizando, segundo Martins (2005, p. 29): “a *agricultura de derrubada e queima* ou de *pousio* ou agricultura de *coivara*, em que o índio e o caboclo abrem uma clareira dentro da vegetação primária ou em diferentes estágios de sucessão e ateiam fogo”.

Esta definição teórica foi confirmada no decorrer da pesquisa de campo quando as famílias descreveram a maneira como estas roças são construídas:

Normalmente se faz a divisão entre o espaço que será queimado e a floresta para que as árvores vivas não sejam destruídas, mas nem sempre todos os moradores se preocupam em fazer esta divisão e a consequência disso é que o fogo acaba consumindo não apenas a capoeira, onde será feita a roça, mas também árvores grandes da floresta, o que contribui para a destruição do meio ambiente (Em diálogo com um membro da comunidade, 2009).

Atualmente, as formas de manejo tradicionais ainda são bastante utilizadas em Igarapé Preto, tanto na forma de cultivo, quanto na colheita e as roças são a representação dessa relação com o passado, representando uma herança ancestral que permite ao homem do campo manter uma relação direta com a terra, em prol de seu sustento.

A Figura 4 também demonstra outro dado importante da pesquisa de campo, que é a renda das famílias. A partir das entrevistas realizadas, obteve-se um percentual de 64,1% das famílias que declararam receber menos que um salário mínimo/mês, pelas atividades que desenvolvem na lavoura de subsistência.

De acordo com os entrevistados, a renda familiar passou a ser complementada com atividades paralelas desenvolvidas na comunidade, como: pequeno e médio comércio, atividades de marcenaria, corte e costura intensificada, a partir da chegada da energia elétrica no local.

Destaca-se também neste processo, os auxílios governamentais, como bolsa trabalho, bolsa escola, bolsa família, vale gás e outros, que são considerados incentivos positivos pelas famílias da comunidade. Um fato importante a ser considerado nesta discussão refere-se à questão de que estes auxílios alimentam a manutenção da pobreza nas famílias destas áreas,

pois não investem na formação e autonomia das mesmas, ao contrário, cria uma situação de dependência maior em relação ao poder público.

Dados do IBGE (2003), afirmam que um segmento social está em uma situação de pobreza, quando se torna incapaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos que garantam uma qualidade de vida digna.

O reflexo dessa situação de pobreza existente em Igarapé Preto é percebido principalmente na infra-estrutura das residências. A maioria das casas é de madeira, ou mista (madeira e alvenaria) e um pequeno número totalmente de barro ou alvenaria, normalmente elas são construídas com a madeira retirada da floresta, pelos próprios moradores, ou pelas madeiras do local, sua estrutura contém três cômodos, dividida em sala, quarto e cozinha, o assoalho é feito de tábua ou de chão batido, a cobertura normalmente é de telhas de amianto ou cavaco (espécie de lasca de madeira retirada das árvores para fazer coberturas de casas, muito comum na região), bem poucas possuem telhas de barro, ou fossas sanitárias e banheiros internos.

Na atualidade o cenário que se apresenta na comunidade demonstra que esta área vem sofrendo ações que modificaram a paisagem local, as roças que ainda são utilizadas em larga escala na comunidade também contribuíram para essas modificações e comprometeram a oferta de recursos naturais que havia no ambiente, intensificando a situação de pobreza do local. A pesca, por exemplo, que no passado era farta, se tornou uma tímida fonte de subsistência local, em função da adoção de outras práticas alimentares e da poluição da cabeceira do rio Igarapé Preto, pelas madeiras. As informações obtidas deram uma dimensão das alterações provocadas por estas pequenas roças no meio ambiente local e foram confirmadas nos dados contidos na Tabela 1 abaixo:

**Tabela1: Forma de manejo da terra praticado na comunidade de Igarapé Preto**

a) Os impactos das roças sobre o meio ambiente local			b) As roças e a preservação do meio ambiente		
Resposta dos Entrevistados	F A	F R	Resposta dos Entrevistados	F A	F R
Concordo	42	66,6	Concordo	54	85,8
Concordo totalmente	1	1,6	Discordo totalmente	1	1,6
Não concordo nem discordo	2	3,2	Discordo	4	6,3
Discordo	18	28,6	Não concordo nem discordo	4	6,3
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>100</b>		<b>63</b>	<b>100</b>

\*FA Frequência Absoluta/ FR Frequência Relativa

Do total de famílias entrevistadas 42 concordaram com esta afirmativa e declararam que esta prática é utilizada pela maioria das populações rurais espalhadas pela área e que as alterações podem ser percebidas, por exemplo, no aumento da temperatura local no período da estiagem, no desaparecimento de espécies, assim como na diminuição do volume de água do igarapé.

Em contrapartida, 18 famílias discordaram desta afirmativa, alegando que as ações das madeiras locais, destroem muito mais hectares e espécies do que as roças. Percebe-se, que estas famílias entendem que as roças são menos prejudiciais ao meio ambiente.

Entretanto, quando questionadas sobre a necessidade de se fazer um trabalho de conscientização na comunidade voltado para a preservação do meio ambiente, a partir da construção de roças, da maioria das famílias entrevistadas, 54 se posicionou de modo favorável, defendendo a idéia de que, por meio do ensinamento de novas técnicas de utilização da terra há uma probabilidade de as famílias melhorarem sua relação com a natureza, ampliando a cultura da valorização de espécies na comunidade, enquanto que 4 discordaram ou não tem opinião formada em relação ao assunto.

Neste sentido, a participação e acompanhamento das lideranças comunitárias e dos movimentos sociais neste processo são fundamentais para amenizar o problema da degradação do meio ambiente desses espaços. Estas devem requerer das representações do

governo, agilidade e habilidade permanente no cumprimento das leis de proteção ambiental, fazendo parcerias com ONGs, Movimentos Sociais, Universidades e outras instituições a fim de buscar recursos e investir na formação profissional dessas famílias, no trato do meio ambiente e na perspectiva de incentivarem a melhoria na qualidade de vida das mesmas.

#### 4.1.2 Ações do Governo, organização política da Comunidade

O processo de organização política experimentado em Igarapé Preto, a partir da criação da Associação Quilombola de Igarapé Preto e Baixinha (ARQUIB), gerou mudanças na infra-estrutura da comunidade e introduziu uma nova dinâmica social, melhorando a qualidade de vida, proporcionando acesso a cidadania. Neste sentido, ao responderem as afirmações: a) Acho que a participação da população nas organizações comunitárias, movimentos sociais trouxe bastantes benefícios à comunidade; b) Penso que a conquista da titulação da terra pela comunidade de Igarapé Preto foi um reflexo da união entre os moradores e a ação das instituições envolvidas. As famílias entrevistadas posicionaram-se da forma que pode ser observada na Tabela 2 abaixo:

**Tabela 2: Conquistas alcançadas na Comunidade de Igarapé Preto**

a) Participação política e os benefícios à comunidade			b) Titulação da terra como reflexo da luta coletiva da comunidade		
Resposta dos Entrevistados	F A	F R	Resposta dos Entrevistados	F A	F R
Concordo	59	93,6	Concordo	61	96,8
Concordo totalmente	2	3,2	Discordo totalmente		
Não concordo nem discordo	1	1,6	Discordo		
Discordo	1	1,6	Não concordo nem discordo	2	3,2
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>100</b>		<b>63</b>	<b>100</b>

\*FA Frequência Absoluta / FR Frequência Relativa

De acordo com as respostas contidas na Tabela 2, foi percebido que 59 famílias concordaram com a primeira afirmação e declararam que todos os benefícios existentes na comunidade são frutos da luta coletiva dos moradores e que a organização política dos mesmos na associação teve um papel fundamental nesse processo, pois trouxe formação às famílias, fazendo com que as mesmas melhorassem sua atuação à frente da associação, além de adquirirem novos conhecimentos nas formas de manejo e técnicas de cultivo que viabilizaram maior rendimento à produção.

Destacaram a formação orientada por técnicos da EMBRAPA/PA sobre manejo de açaí, criações de abelha Uruçú, para a comercialização do mel e também de peixes em cativeiro, aproveitando o igarapé da comunidade, lamentaram o fato desses projetos terem se enfraquecido em função da falta de incentivos governamentais.

Carvalho (2001) ratifica esta afirmativa dizendo que a formação da Associação Quilombola permitiu a comunidade não só tomar conhecimento de seus direitos contidos na Constituição, mas também a lutar por eles.

Em relação a conquista da titulação da terra como reflexo da luta coletiva da comunidade, 61 famílias entrevistadas concordaram com esta afirmativa e apontaram como resultado positivo e principal desta organização política a aquisição da titulação coletiva das terras, que regulamentou a situação das famílias, dando a elas autonomia para estabelecerem suas vidas e de seus descendentes no local onde nasceram e construíram toda a sua história de vida, encontrando respaldo legal na Constituição Federal de 1988, que reconheceu as terras das comunidades de remanescentes de quilombos como de propriedade como de propriedade definitiva desse segmento, devendo em seu favor ser titulada (EMMI, 2006).

Somada a isso, destaca-se a participação das instituições atuantes no local, que trouxeram melhorias às famílias e acesso a serviços que antes pareciam distantes de sua realidade, mas que são fundamentais para o seu desenvolvimento.

#### **4.1.3. Melhorias na distribuição de água**

De acordo com Diegues (2007), a vida das famílias que residem na comunidade de Igarapé Preto, assim como da maioria das populações tradicionais da Amazônia possuem uma grande dependência das águas dos rios e igarapés como fonte de água para uso doméstico, para navegação e para retirar grande parte dos alimentos que consomem, é notório o uso polivalente da

água do rio (beber, cozinhar, banhar, irrigar e navegar) esta relação de proximidade está ligada a cultura da região. Até o ano de 2005, de acordo com relato dos moradores, a água consumida pelas famílias era retirada diretamente do igarapé, sem nenhum tipo de tratamento, para o consumo doméstico, esse produto passava por uma espécie de filtragem caseira (panos eram amarrados nas bocas dos potes de barro para a filtração das sujeiras mais sólidas) e em seguida era utilizada. Tal situação, segundo os moradores, contribuiu para a propagação de doenças de pele, diarreias e verminoses entre os moradores da comunidade, principalmente nas crianças.

O asseio era realizado diretamente no igarapé, sujeitando-os a riscos com animais de peçonha. Os sanitários, na sua maioria eram construídos a certa distância das casas e possuíam estrutura muito rústica, o sistema de esgoto também era inexistente, dejetos eram jogados a céu aberto, em áreas próximas às casas, aumentando os riscos de contaminação do ambiente e das pessoas.

A melhoria na distribuição de água e outros benefícios só aconteceram a partir da atuação e organização política dos moradores, por meio da ARQUIB, que agregou as famílias e mobilizou-as para lutar coletivamente em prol da titulação da terra, inicialmente, e de outros benefícios necessários, dentre eles a água encanada.

Dados do Censo de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostraram um quadro de grande precariedade nestas áreas rurais. Em função disso, nos últimos anos, o Governo Federal assumiu o compromisso de promover a inclusão social das chamadas populações tradicionais, entre as quais se incluem os quilombolas, nesse sentido, tem desenvolvido ações visando à melhora da qualidade de vida dessas famílias, criando condições para que o seu desenvolvimento ocorra em bases duradouras e sustentáveis.

Na área de saneamento básico, a comunidade de Igarapé Preto foi contemplada com obras e instalações para abastecimento de água 'potável' encanada, que chega até as casas por meio de uma bomba que retira água da cabeceira do igarapé e a distribui pela comunidade facilitando a vida dos moradores. Tal benefício foi visto de forma positiva pelas famílias, como pode ser percebido na declaração desta moradora.

A água encanada trouxe um grande benefício para a comunidade, principalmente para as escolas, porque a preparação da merenda escolar, a limpeza dos banheiros e das salas de aula depende da água e hoje as serventes podem fazer um trabalho melhor e as crianças tomam uma água de melhor qualidade. (Em diálogo com membro da comunidade, 2009).

As famílias também chamaram atenção para problemas existentes neste sistema de abastecimento, representados principalmente pela falta de um tratamento químico adequado e na distribuição para as residências que ocorre apenas em horários determinados (manhã e noite), chamaram atenção para o fato de que apenas aqueles moradores com um pouco mais de recursos tem condições de furar poços para o seu abastecimento pessoal, o que não é a realidade da maioria das famílias.

Visto como uma necessidade que foi suprida, o acesso a água encanada representou uma importante conquista que melhorou o padrão de vida dos moradores de Igarapé preto, pois a água que anteriormente era retirada diretamente do igarapé para o consumo, hoje chega às casas através dos canos, torneiras e chuveiros. Ao mesmo tempo é importante destacar que as famílias afirmaram que não adianta instalar o serviço sem oferecer às mínimas condições de manutenção e funcionamento, pois a população continua vulnerável a contaminação.

#### **4.1.4. Melhoria no serviço de saúde**

No Estado do Pará, assim como na maioria do País a saúde pública é uma área que requer bastante atenção, em pleno século XXI é possível identificar localidades sem acesso a saneamento, atendimento médico, bucal, coleta de lixo, onde se torna comum o aparecimento de doenças como: diabetes, doença de chagas, esquistossomose, desnutrição (principalmente em crianças), anemias, cáries dentárias e alcoolismo.

A assistência à saúde na comunidade de Igarapé preto era vista por Carvalho (2001) como bastante problemática, em função da não existência de um posto de saúde no local com as mínimas condições de funcionamento, o atendimento emergencial era feito sempre nos municípios mais próximos, o que acarretava deslocamento e custos aos moradores. Em função desse quadro, as famílias quando adoeciam tinham como prática comum, recorrer a tratamentos alternativos como, benzedeiros ou a homeopatia, costumes tradicionais que ainda são utilizados na comunidade, em função da relação de intimidade que as famílias mantêm com as ervas disponíveis nas matas da região.

Apesar deste hábito secular, praticado pelos moradores do local havia a necessidade da construção de um posto de saúde com equipamentos suficientes para tratar e prestar os primeiros socorros à sua população. No caso de Igarapé Preto essa conquista foi fruto também

da luta coletiva dos seus moradores, que se concretizou apenas no ano de 2006, quando o Governo Federal, através do Programa Saúde da Família (PSF), atendeu a essa antiga reivindicação, que tem ajudado no atendimento médico e na prevenção de doenças.

Segundo o Ministério da Saúde (2008), o posto de saúde, construído sobre a estratégia do PSF, promoveu a reorientação do modelo assistencial mediante a implantação de equipes multiprofissionais, estas teriam que se responsabilizar pelo acompanhamento de um número definido de famílias localizadas em áreas geográficas delimitadas, atuando na promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde destas áreas.

A partir deste programa de saúde pública, as famílias da comunidade passaram a ter acesso à assistência médica básica, com a ação de agentes de saúde da própria comunidade, cuja função principal é fazer o levantamento das enfermidades e levar a demanda aos outros profissionais envolvidos no PSF, como: enfermeiros, auxiliares de enfermagem, médicos e dentistas, que deveriam fazer visitas periódicas ao local, tratar e medicar os pacientes.

A população local criticou o fato de que em algumas situações são os agentes de saúde que fazem as funções dos outros profissionais, atuando na prevenção de doenças, medição de taxas de glicose, colesterol, aplicação de vacinas, noções básicas de higiene e saneamento. Lamentaram o fato de neste programa o médico, só ter a obrigação de ir à comunidade uma vez por mês, o que estimula a prática da automedicação entre os moradores. Afirmaram que os casos mais graves são encaminhados aos municípios próximos, para o recebimento de assistência médica especializada, o que em algumas situações é bastante problemático, em função das condições das estradas de acesso à comunidade, quanto ao fornecimento de medicamentos, destacaram que é deficiente, pois nem sempre há disponibilidade de remédios no posto e as pessoas terem que comprar nas farmácias dos municípios.

Tais situações representaram entraves no desenvolvimento da assistência à população local e levaram a reflexão de que, não basta o poder público criar a estrutura física de unidades de saúde, sem fornecer infra-estrutura necessária para o seu funcionamento, o que perpassa não apenas na preparação de pessoal para atuar nos locais, mas também na compra de equipamentos e melhorias das condições de acesso a essas localidades.

#### 4.1.5. Melhorias na educação

O funcionamento de Escolas na comunidade é uma conquista antiga que com o passar dos anos sofreu mudanças em função da organização das famílias do local.

A história da comunidade de Igarapé Preto inicia sem nenhuma referência a escolas ou professores, as aulas eram ministradas às margens do rio e Jorge Benshimol foi o primeiro professor da região. Segundo Carvalho (2001), foi com a criação do barracão São Sebastião, na década de 1950 (a primeira escola da comunidade) que a situação começou a melhorar, o Sr. Agostinho foi trazido para a comunidade e lecionou por um tempo, em seguida veio o professor Francisco Aurélio, que trabalhou também por alguns anos e foi embora, por fim a professora Ana que ficou por muito tempo na comunidade.

O quadro educacional em Igarapé Preto sempre foi menos problemático que o da saúde. No passado, de acordo com os moradores, o acesso a educação era garantido pela existência de apenas uma escola de ensino fundamental, que prestava formação de 1ª a 4ª séries, obrigando as pessoas que concluíam estas etapas a se deslocarem até os municípios de Baião, Cameté ou Tucuruí, para cursar o ensino médio.

As famílias entrevistadas afirmaram que hoje, este quadro é mais dinâmico, em função da existência de três escolas, duas mantidas pela prefeitura de Oeiras e outra pela prefeitura de Baião. Tal fato, que deveria ser mostrado como um aspecto positivo na comunidade acaba por refletir a existência de uma rivalidade entre esses dois municípios no sentido de se fixarem como mantenedores dos serviços no local e como redutos eleitorais dos mesmos, o que não traz nenhum benefício para o desenvolvimento local.

As escolas funcionam nos três períodos do dia, pela manhã, oferecem da educação infantil a 4ª série, no período vespertino, o ensino fundamental e EJA e no período noturno, o ensino médio e a EJA. Uma pequena parte dos professores é da própria comunidade e a maioria pertence ao sistema modular de ensino e são mantidos pela Secretaria de Estado de Educação, que assegura a permanência desses profissionais por um determinado período no local, fazendo o rodízio com outros de disciplinas diferentes.

As famílias entrevistadas afirmaram que o funcionamento noturno das escolas também é fruto das ações da Associação, que contribuiu também para a chegada de outra importante conquista na comunidade que foi a energia elétrica, por meio do Programa Luz para Todos.

Elas veem no funcionamento noturno das escolas um grande avanço, que possibilitou aos mais adultos estudarem além da 4ª série do ensino fundamental.

Com a chegada da energia elétrica, o quadro que se apresenta atualmente na comunidade é estimulante, pois muitos quilombolas estão retornando às salas de aula realizando seus desejos de conclusão do ensino médio, as salas estão cheias de homens e mulheres adultos, que passam o dia nos seus afazeres na roça e à noite vão à escola

#### **4.1.6 Alterações positivas e negativas da chegada do Programa Luz para Todos na Comunidade de Igarapé Preto**

A história da distribuição de energia elétrica no Brasil é marcada por contradições que se refletem no desenvolvimento de algumas áreas localizadas em importantes centros urbanos e o não desenvolvimento de outras, situadas nas zonas rurais do país.

Na zona rural do Brasil, onde habita uma importante parcela da população, formada por indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos e outros, encontram-se os maiores problemas de distribuição e fornecimento de energia elétrica. Para Arruda (1999) estas populações têm no seu habitat o espaço de construção de suas vidas, onde estão suas memórias herdadas dos antepassados, utilizando e ao mesmo tempo conservando os recursos naturais das florestas, sem provocar grandes alterações no ambiente, por isso são denominadas de tradicionais.

Tais desigualdades são comprovadas nos dados da Agência Nacional de Energia Elétrica, no ano de 2005, que mostram que somente nas regiões Norte e Nordeste estas deficiências no atendimento de eletrificação domiciliar, alcançam cerca de 65% das casas da zona rural.

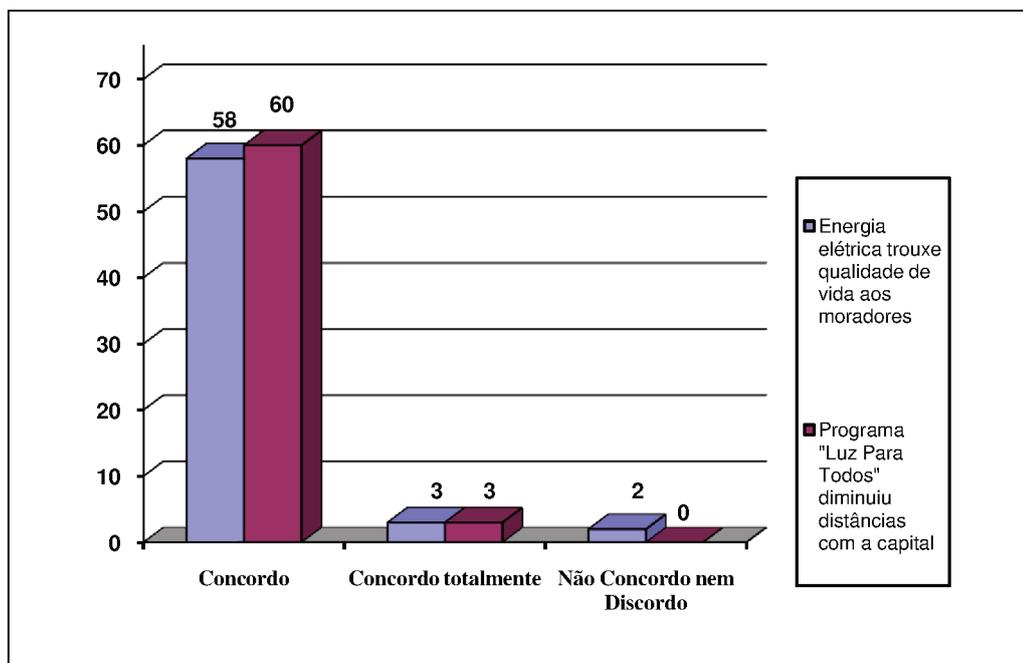
A falta ou má distribuição de energia elétrica se colocou como um entrave para o desenvolvimento dos espaços habitados por estas populações, deixando-os à margem do modelo de sociedade moderno-industrial experimentado no Brasil a partir do século XX, que acabou por concentrar-se nas áreas urbanas do mesmo em função dessa distribuição não ter acontecido de forma igual e homogênea em todo o território nacional.

Foi a partir da criação da Agenda 21, documento elaborado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, que a utilização da eletricidade passou a ser colocada como um insumo energético capaz de atender as necessidades do pequeno proprietário rural.

Tal fato se coloca como um grande desafio para o setor elétrico brasileiro que era tornar real a oferta dos serviços de energia às famílias que residem nas áreas rurais, nesse início de século XXI, pois a escuridão em algumas dessas áreas no País era uma realidade.

No caso da Comunidade de Igarapé Preto, a iluminação pública só chegou em 2003 e foi um reflexo do processo de universalização de energia experimentado no País, a partir do final do ano 2000.

Neste sentido, as famílias entrevistadas ao responderem as seguintes afirmações: a) *A chegada da energia elétrica na comunidade é uma ação positiva do governo em querer trazer qualidade de vida à população local;* b) *O programa luz para todos ajudou a diminuir as distâncias da comunidade em relação a capital do Estado,* se posicionara de acordo com os dados contidos na Figura 5 abaixo:



**Figura 5: Energia elétrica, qualidade de vida e encurtamento de distâncias entre os locais**

Um grupo representando 58 do total de entrevistadas concordou com a afirmativa A, declarando que a chegada da energia elétrica deu à comunidade a possibilidade de literalmente, ‘sair da escuridão’ e também do isolamento a que foi submetida durante muito tempo. Estas famílias viram no programa Luz para Todos, uma ação positiva do Governo, no sentido de que levou energia elétrica àqueles que a ela não tinham acesso, da mesma forma que disponibilizou a água tratada, o saneamento básico, a educação, os programas de prevenção ou tratamento dos males físicos e ou mentais, que afligem aos mais necessitados (REIS, 2000; VALÉRIO, 2004).

Assim, sob a ótica do desenvolvimento da sociedade industrial, o acesso a energia elétrica tornou-se um fator indispensável ao desenvolvimento e ao bem estar individual e coletivo. Em áreas rurais, onde os hábitos diários são menos dependentes de energia, o acesso a fontes energéticas representa uma possibilidade de melhoria da qualidade de vida a partir de diversos dispositivos elétricos que podem trazer uma vida mais confortável aos moradores.

Em relação à afirmativa B, 60 famílias concordaram que o uso da energia elétrica diminuiu as distâncias dessa área em relação à capital do Estado, Belém, por meio dos aparelhos eletrônicos de informações e imagens que chegaram à comunidade, modificando a rotina dos moradores tirando-os da alienação e do isolamento social a que estavam fadados. A Figura 6 ilustra a imagem desta tecnologia que chega à comunidade e se fixa a partir da utilização da energia elétrica e que é vista de modo positivo pelos seus moradores, como uma grande conquista alcançada. Nesse sentido o uso de energia elétrica se tornou prioridade de qualquer governo e uma obrigação do Estado que passou a ser pressionado pelos movimentos sociais, Associações, Cooperativas e outras instituições no sentido de tornar real este acesso.



**Figura 6: Energia Elétrica trazendo mudança na qualidade de vida da comunidade: Acesso a Imagens, informações e comunicação.**

Na Figura 6, também é possível perceber contradições presentes na estrutura da comunidade, representada pela simplicidade das residências, na sua maioria com este mesmo estilo representado na figura e pelas modernas antenas parabólicas e de telefone público. No interior das casas é possível ver também televisões, rádios, aparelhos de som e DVD, que levam informações e imagens dos fatos que acontecem no mundo exterior à comunidade.

As famílias entrevistadas destacaram que a existência do único telefone público do local é de uma serventia extrema para os moradores e representa a resposta a uma antiga reivindicação junto ao poder público, porém, reclamaram quanto às falhas ocasionais que acontecem na transmissão da comunicação, principalmente no período das chuvas. A energia elétrica possibilitou também o acesso a Internet, a partir da chegada de outros projetos como o Avança Brasil e o Brasil Quilombola, do Governo Federal, que doou um computador às secretarias das escolas, conectados à net via rádio, facilitando o trabalho das secretárias, e despertando os jovens para o mundo da informática. Hoje na comunidade existe uma máquina de tirar cópias, um salão de cabeleireiro, que são exemplos de inovações que passaram a fazer parte da realidade dos mesmos. Deve-se ressaltar que a aquisição de equipamentos eletrônicos para quem tem baixo poder aquisitivo, demonstra melhoria em sua condição de consumo que é um dado positivo. Mas a TV pode induzir também a comportamentos considerados negativos com alterações nos hábitos alimentares, mudanças culturais como diminuição das rodas de conversas em frente das casas, gosto musical, vestimenta e outros.

Assim, os avanços conquistados na comunidade foram muito importantes para o desenvolvimento local, sendo, na opinião das famílias, maiores que os impactos negativos sofridos, pois os serviços advindos com a energia representaram uma nova fase na organização social da mesma.

#### **4.1.7. Alterações sócio-econômicas em Igarapé Preto**

A energia elétrica é um dos mais importantes componentes da rede de infra-estrutura no mundo contemporâneo e atua como um insumo básico nos vários setores da atividade econômica. De acordo com Pereira (2008), desempenha papel importante e dinâmico, sendo capaz de contribuir expressivamente para a geração de renda e emprego.

Carvalho (2001) observou que a infra-estrutura da comunidade, por ter uma característica muito simples até antes da chegada da energia elétrica, não comportava um comércio estruturado, os gêneros alimentícios que circulavam eram básicos e as famílias quando precisavam adquirir mercadorias extras geralmente se dirigiam às cidades mais próximas, o que não podia ser feito diariamente, em função das distâncias que atrapalhavam esse deslocamento.

Na pesquisa desenvolvida em campo foi possível perceber que a carência na infra-estrutura do comércio não se referia apenas ao fornecimento de gêneros, mas se refletia também na ausência de outras opções de lazer, que até antes da energia girava em torno do seu ciclo natural, baseado na roça, pesca, caça, festas de santo, de colheita ou de familiares. Com a energia elétrica, passaram a existir outras opções de lazer, como bares e lanchonetes, que provocaram um aquecimento no comércio, estimulando o consumo de bebidas alcoólicas e de alternativas de alimentação, juntamente com a presença de um único minimercado no local, oferecendo aos moradores uma série de opções de alimentos artificiais e congelados e uma variedade de bebidas industrializadas, engarrafadas, criando novos hábitos entre as famílias locais, havendo uma redução no consumo de legumes, verduras, tubérculos, frutas, peixes e caças, antes muito comuns na mesa das famílias quilombolas do local. Estes espaços podem ser vistos na Figura 7.



**Figura 7: Energia elétrica causando alterações no comércio da comunidade: surgem lanchonetes e minimercados.**

De acordo com as famílias de Igarapé Preto, a base natural da dieta da comunidade, hoje, está seriamente comprometida, em função de que os hábitos alimentares comuns nos grandes centros estão se enraizando no local. Há um consumo exagerado de enlatados e produtos industrializados, em função da praticidade que este tipo de alimentação oferece.

Tais mudanças são apontadas por estes como um reflexo negativo das informações que chegam pela televisão. Os comerciais massificam ofertas de gêneros alimentícios diversificados e rápidos de preparar, como os macarrões instantâneos, sucos engarrafados ou empacotados, que passaram a fazer parte do cardápio dos moradores de Igarapé Preto e oferecidos inclusive na merenda escolar.

Neste sentido a energia elétrica que gerou o aquecimento do comércio local também provocou mudanças no comportamento social dos moradores, intensificando a ocorrência de festas nos barracões que não fazem nenhuma alusão aos santos de devoção, antes homenageados, contribui para o surgimento de bares na comunidade, que se tornaram um atrativo para a população, principalmente os mais jovens, estimulando o consumo de bebidas alcoólicas que estimulam a violência, principalmente nos finais de semana, conforme depoimento de um dos sujeitos entrevistados.

A energia elétrica permitiu que as pessoas comprassem aparelhos de som, por exemplo, e nos finais de semana as músicas são ouvidas muito altas, acabando com a paz que havia antes na comunidade, esta situação muitas vezes causa discussões entre os vizinhos e acaba com o clima de harmonia que havia”. (Em entrevista com membro da comunidade, 2009).

Outro aspecto negativo destacado nesta discussão está relacionado ao fato de que estas mudanças sócio-econômicas promoveram a formação de um novo grupo social na comunidade, representado pelos donos destes estabelecimentos comerciais, que aos poucos estão se tornando uma pequena elite econômica, descaracterizando as relações sociais comunitárias, do passado. Nesse sentido, afirma-se que a chegada da energia elétrica pode ser identificada como um impacto que ocorreu na comunidade e tem provocado mudanças causadoras de significativas e irreversíveis transformações na estrutura alimentar, social e econômica dos moradores na comunidade de Igarapé Preto.

#### **4.1.8. Alterações ambientais em Igarapé Preto**

A chegada da energia elétrica na Comunidade de Igarapé Preto, ao mesmo tempo em que representou uma perspectiva positiva de desenvolvimento e modernização para as famílias do local, na medida em que a sua utilização tornou-se fator preponderante de reivindicação dessas famílias, gerou também expectativas negativas quanto às mudanças que provocaram na estrutura ambiental da área, em função do desmatamento, queimadas e da apropriação dos recursos retirados da floresta do entorno que poderiam alterar a estrutura natural e a organização desta comunidade.

Neste sentido, pensar os impactos do uso da energia elétrica sobre o meio ambiente tornou-se uma tarefa recorrente entre as famílias da comunidade, em função da relação que as mesmas ainda mantêm com a natureza, de onde tiram uma parte do seu sustento, apropriando-se dos recursos por ela oferecidos. Ao mesmo tempo provocou também uma preocupação quanto a sua produção e consumo, pela falta de conhecimento quanto ao funcionamento do Programa Luz para Todos e de como este seria implantado no local.

Na comunidade de Igarapé Preto, as alterações ambientais observados por este estudo, correspondem às mudanças de ordem econômico-industrial percebidas na sociedade brasileira a partir do século XX, quando a necessidade de produção de bens de consumo intensificou-se nos grandes centros urbanos e também nas áreas rurais do País, impondo novos modelos de desenvolvimento, ditando regras sociais e culturais que modificaram o modo de vida das famílias desses espaços.

Gonçalves (2008) neste sentido avalia que as drásticas mudanças na “paisagem natural”, têm causado problemas ecológicos e sociais. Os problemas ecológicos podem ser avaliados a partir das alterações na relação da paisagem com os organismos vivos do ambiente.

No decorrer da realização da pesquisa de campo, foi relatado pelas famílias entrevistadas que a relação da comunidade com a natureza sempre obedeceu à lógica da preservação, retirar apenas aquilo que fosse necessário, sem causar grandes impactos, mantendo a paisagem natural o mais intacta possível. Na atualidade, as alterações na paisagem são identificadas com mais frequência e se iniciam nos quintais das residências das famílias, às áreas da floresta ao redor da comunidade, como pode ser observado na Figura 8.



**Figura 8: Poluição ambiental provocada pelos moradores sobre o meio ambiente, alterando a paisagem**

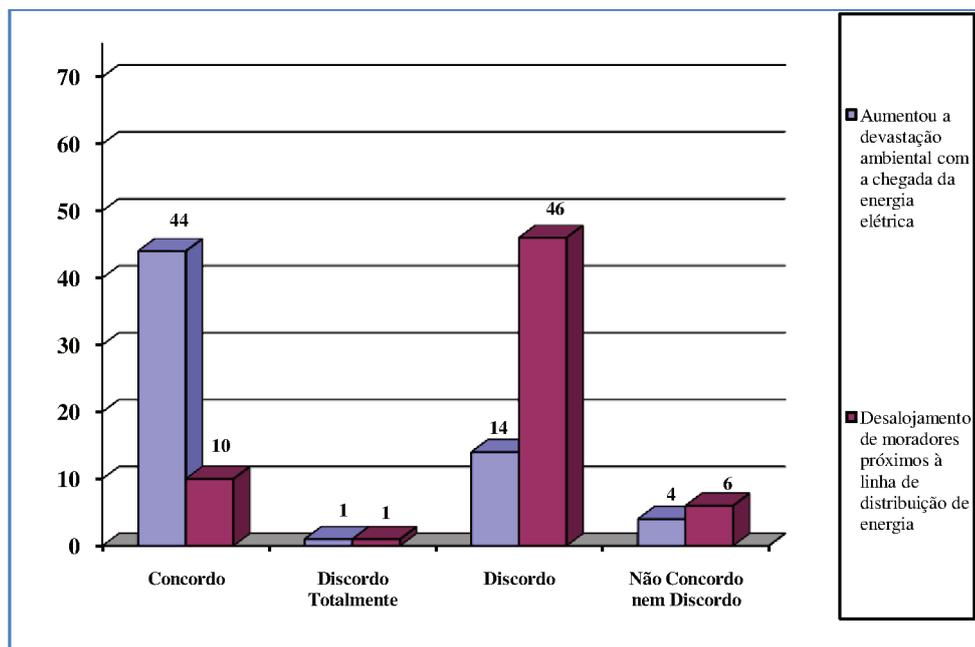
Tais mudanças representam as influências da economia que vem de fora e que foram absorvidas pelos moradores da comunidade, elas denunciam alterações no campo econômico e alimentar, reflexos desse modelo de sociedade moderno-industrial adotado pelos moradores, principalmente após a chegada da energia elétrica.

A geração de energia elétrica se impõe como um modelo projetado de desenvolvimento para a região vista como um dos vetores básicos de insumo para impulsionar o desenvolvimento social e econômico da comunidade de Igarapé Preto contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar, o que de acordo com Reis (2000), proporciona impactos positivos

na melhoria da qualidade de vida, fazendo-se necessária uma constante reflexão, envolvendo as agências reguladoras de energia, as famílias do local e os movimentos sociais, a fim de planejar ações que evitassem desperdícios financeiros, danos ambientais futuros às populações beneficiadas com a energia elétrica, a proposta era utilizar-se de meios geradores considerados de baixo impacto ambiental, especialmente solar, eólico e de biomassa.

Neste sentido, para identificar as alterações ambientais provocadas pela utilização de energia elétrica em Igarapé Preto, o estudo utilizou-se das seguintes alternativas: a) *a distribuição da rede de energia na comunidade contribuiu para a aceleração do desmatamento e desaparecimento de espécies animais e vegetais*; b) *a passagem dessa rede de energia na comunidade ajudou a desalojar famílias que moravam perto da linha de distribuição*.

Os dados obtidos na pesquisa estão expostos na Figura 9 e representam a opinião das (os) chefes (as) de família da comunidade.



**Figura 9: Energia elétrica e alterações ambientais.**

Concordaram com a afirmativa A, 44 do total de famílias entrevistadas, declarando que houve o aumento da devastação da área e a primeira alteração observada na comunidade foi a partir da distribuição da rede de energia, que provocou a aceleração do desmatamento, com a instalação desordenada de madeireiras e fazendas que se fixaram no local, estas

passaram a funcionar com melhor infra-estrutura de máquinas e equipamentos movidos a energia elétrica e aceleraram o desaparecimento de espécies antes muito comuns nas áreas.

A existência de focos de queimadas também foi identificada pelos entrevistados como um problema recorrente na comunidade, sendo que a sua prática, de acordo com os informantes, já ocorre desde muito tempo, quando apenas as famílias dos seus antepassados utilizavam a madeira da floresta para a construção de roças, casas e embarcações, sendo que os impactos eram menos intensos, Fearnside (2002, 2006) afirma que esses impactos ou alterações causadas sobre o ecossistema incluem os efeitos do desmatamento, da exploração madeireira, de queimadas e incêndios e se intensificaram na Amazônia brasileira desde 1991.

Tal fato tem provocado um reflexo negativo representado pelo desaparecimento de espécies da fauna e flora da área, que antes compunham ou complementavam a alimentação das famílias e que hoje são raros, em função de que atualmente identifica-se a existência de pequenas madeireiras espalhadas na área do entorno da comunidade que, segundo as famílias atuam sem fiscalização permanente dos órgãos governamentais. Eles afirmaram que esta fiscalização ocorre de modo bem esporádico, o que não inibe a exploração desordenada da área e se torna preocupante.

Em contrapartida, outro percentual de famílias, representadas por 46 do total de entrevistadas discordou da opinião da maioria, declarando que a chegada da energia elétrica não foi o fator determinante para a aceleração do desmatamento, pois esta prática é antiga e permanente na área e já ocorre desde o momento da construção de estradas e ramais. Discordaram também da afirmação que apontava a distribuição dos postes de expansão de energia como causadores de mudanças ambientais, pois a colocação desses objetos não provocou nem o desalojamento ou remanejamento intensivo de famílias do local, apenas daquelas que residiam nas áreas bem próximas de onde as linhas de transmissão de energia passariam.

Segundo as famílias entrevistadas, esses moradores receberam uma indenização simbólica da companhia de energia elétrica pela utilização da área e puderam reconstruir suas residências em outros locais, na comunidade. Esta parcela de entrevistados reforça a afirmação de que foi a presença das empresas madeireiras a grande responsável pelo aumento dos níveis de poluição da água do igarapé local, fato que provocou o surgimento de doenças intestinais e de pele nos moradores, apontaram também como responsáveis as próprias famílias quando desmataram seus quintais para a construção de casas, barracões e roças, fato

identificado por Fearnside (2006), como uma ação antrópica prejudicial que conduziu ao desmatamento, a poluição e as queimadas.

Tais ações foram responsáveis pelas mudanças na paisagem local e comprometeram, segundo as famílias, a oferta de recursos naturais que havia no ambiente, a pesca praticada, por exemplo, se tornou uma tímida fonte de subsistência, em função da adoção de outras práticas alimentares e da poluição da cabeceira do rio Igarapé Preto. Estas mudanças, segundo Gentil (2003), são reflexos da modernização, que favoreceu o aumento do comércio de alimentos industrializados, ricos em gordura, sal e açúcar, que são de fácil acesso e têm seu consumo incentivado pela mídia.

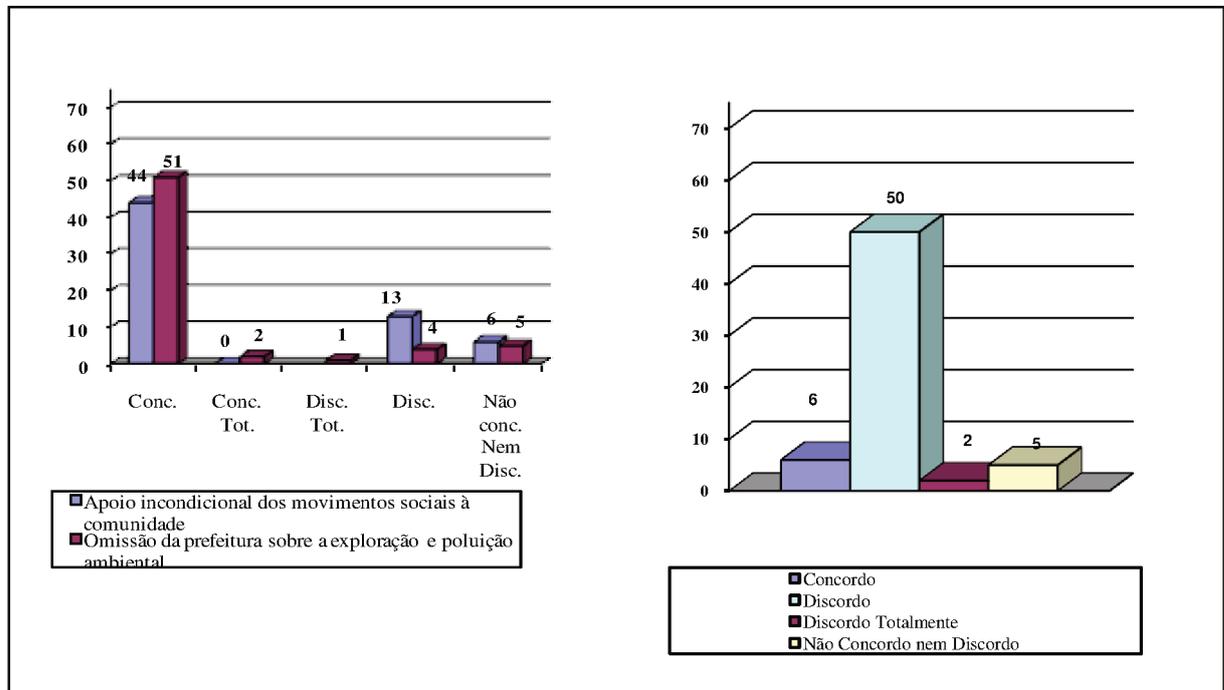
No Estado do Pará e na área do entorno da comunidade, por exemplo, estes atores são representados por grandes e médios fazendeiros, pequenos agricultores, madeireiros e grileiros. Os impactos causados a partir das atividades desses atores são de grandes proporções e tem afetado a sustentabilidade das populações rurais espalhadas pela área e provocaram a necessidade de adoção de políticas públicas que estimulassem a manutenção da floresta em pé, fazendo-se necessário o intercâmbio entre as famílias, lideranças comunitárias, movimentos sociais, poder público e outros mediadores.

Nesse sentido, faz-se necessário considerar a experiência, a vivência e a relação que estas populações mantêm com a natureza e escolher a alternativa mais eficiente de utilização de energia, fato que deve ser uma decisão prioritária no campo das políticas energéticas, porque significa debitar à natureza o menor ônus possível com resultados econômicos mais favoráveis.

Para Coelho e Cartaxo (2004), o critério de valoração ecológica confere novas bases para uma valoração política dos segmentos sociais e produz um novo quadro ordenatório da diversidade social presente no Estado do Pará e na Região Amazônica. Considerando que os serviços ambientais providos pela manutenção das florestas são muitos e qualquer forma de conversão energética traz impactos ambientais, cabendo aos órgãos governamentais a tarefa de pensar e executar alternativas favoráveis a esta conservação.

Quanto à participação do poder público na elaboração dessas políticas de valoração ambiental, as famílias entrevistadas ao responderem as seguintes questões: a) *a comunidade tem o total apoio dos movimentos sociais e estes têm denunciado ao poder público tal situação;* b) *a atitude da prefeitura tem sido indiferente em relação a essa exploração e*

poluição ambiental; c) o governo do Estado promete ações mais severas, mas não as cumpre. Posicionaram-se de acordo com as afirmações contidas na Figura 10.



**Figura 10: Ações positivas dos movimentos sociais e a negação do poder público em relação aos problemas ambientais da comunidade de Igarapé Preto**

Os dados colhidos em campo demonstraram que 44 famílias entrevistadas concordaram com a afirmativa A e declararam que a participação dos movimentos sociais organizados na região foi significativa e expressaram as contradições sociais, políticas e ambientais existentes no local. Estas participações iniciaram com a formação das associações, cooperativas e sindicatos, que fizeram uma importante parceria com o poder público, garantindo o acesso à cidadania, por meio dos projetos que beneficiaram os moradores do local.

Reis (2000) e Carvalho (2001) concordam em afirmar que em Igarapé Preto o surgimento da ARQUIB, no ano de 2000, contribuiu para a formação política dos moradores. Segundo os entrevistados, houve o fortalecimento da luta coletiva, culminando na conquista da titulação das terras, trazendo com ela conquistas positivas e necessárias como: iluminação, bombeamento d'água, comunicação, refrigeração, além de iluminação nos postos de saúde, escolas e em processos de agricultura.

De acordo com estas famílias, programas sociais, como, o Bolsa Família, o Vale Gás, o Bolsa Trabalho, também vieram a reboque desta organização política e contribuíram para a

complementação da renda familiar, melhorando a qualidade de vida das famílias do local, dando a elas o acesso a cidadania.

Em relação a alternativa B, 51 famílias concordaram com a afirmação, dizendo haver certa omissão das prefeituras dos municípios de Oeiras do Pará e Baião, em relação aos desmatamentos que são praticados na área. Afirmaram que em determinadas situações, as mesmas fazem “*vista grossa*” em relação a ação das empresas exploradoras de madeiras e não a fiscalização de forma justa, reclamaram da falta de infra-estrutura local e denunciaram a não existência de um trabalho de conscientização organizado por estes órgãos no sentido da preservação do meio ambiente das florestas da área, o que, na visão dos moradores, prejudica as gerações futuras.

Em razão disso, defenderam a participação dos movimentos sociais na comunidade, declarando que suas ações foram determinantes para auxiliar nas conquistas alcançadas, fazendo em certos momentos, o papel do poder público, fiscalizando e denunciando a exploração das espécies do local, da existência de queimadas e ocupações clandestinas, assim como da poluição da área do Igarapé.

Em relação à alternativa C, os dados mostram que 50 famílias discordaram da afirmação, declarando que o Governo, tanto na esfera estadual, quanto na federal, tem feito o seu papel, mas algumas situações dificultam esta fiscalização, como: as dimensões territoriais no Estado, as dificuldades de acesso, a falta de estrutura das estradas e ramais do local, a falta de fiscalização permanente dos órgãos competentes, são os de maior destaque.

A comunidade de Igarapé Preto está localizada às margens da Transcmetá, uma importante rodovia da região que apresenta uma série de problemas em função de sua infraestrutura. No trecho que passa em frente à comunidade, é possível perceber ausência de pavimentação, sinalização e até mesmo postos de fiscalização, fato que possibilita o escoamento clandestino dessa madeira. Declararam também, que as madeiras, para burlar as ações de controle da exploração, adotam uma prática que está se tornando comum na região, onde algumas dessas empresas costumam fazer suas derrubadas na madrugada, preferindo escoar as toras de madeira no final do dia, período em que as possibilidades de abordagens por órgãos oficiais são menores, assim como a facilidade da prática do pagamento de propinas se torna mais viável, caso ocorra fiscalização.

Na área da comunidade é possível perceber constantemente a atuação dessas madeiras, retirando troncos de árvores do interior da floresta, no final da tarde. Segundo

afirmações dos entrevistados, em algumas situações, estas empresas atuam na clandestinidade e carregam o material para as estradas ou depósitos das empresas para receberem beneficiamento.

Reconheceram que em determinadas situações se torna difícil essa fiscalização por parte do Estado, em função de haver a convivência dos moradores em relação a essa exploração em função de que muitos deles ou de seus filhos se tornarem funcionários desses empresários, não tendo outra opção de trabalho, senão permanecer atuando nas madeireiras.

Em razão deste quadro, cabe ao poder público buscar alternativas que promovam o desenvolvimento do local, crie oportunidades de emprego, mas também estimulem a preservação das riquezas naturais da área, assim como do seu capital cultural.

Lima e Pozzobon (2000) afirmam que é necessário que os governos criem políticas que valorizem as diversidades regionais e incitem a um desenvolvimento incluyente, reconhecendo melhor as potencialidades de cada lugarejo ou comunidade, pois a impossibilidade de mudar a realidade geográfica local não pode se transformar em justificativa para que o imenso interior do estado permaneça excluído do desenvolvimento.

Neste sentido, um grande nó se forma em torno desta questão, referente ao falso dilema entre conservação e desenvolvimento. Falso porque trata a conservação como sinônimo de preservação intocável e identifica o desenvolvimento como produção destrutiva, não admitindo a existência de diversas maneiras de se promover a modernidade, sem destruir o meio ambiente, é a idéia do desenvolvimento sustentável.

Portanto, falar de desenvolvimento é também considerar os impactos provocados pelo mesmo, no caso da comunidade de Igarapé Preto é considerar as alterações ocorridas a partir do momento em que a energia elétrica foi implantada, das mudanças percebidas no comportamento social, a vegetação nativa da área, que precisam ser controladas, pois qualquer ação governamental criada para redirecionar o desenvolvimento de uma sociedade para um caminho melhor, menos impactante, precisa começar com medidas eficazes para frear o desmatamento, estimular o replantio de espécies, valorizar a cultura local e criar novas oportunidade e interações das famílias, com o uso de artefatos que utilizem seu potencial sem destruí-la, encarando-a como fonte de afirmação da vida e distribuindo os lucros obtidos com a produção não predatória para muito mais gente.

Os impactos da espécie humana sobre o meio ambiente, na concepção de alguns cientistas, podem ser associados e comparados às grandes catástrofes do passado geológico da

Terra, que dizimaram várias espécies. Para Kraemer (2004), os seres humanos precisam reconhecer que suas agressões ao meio ambiente colocam em risco a sobrevivência de sua própria natureza, o agravante maior nesta situação é que, este quadro não é parte de um contexto nacional ou regional, mas representa um problema que afeta diretamente a existência de homens e mulheres e suas particularidades, é a vida que se encontra em perigo, parafraseando um importante autor, não se pode conceber um ecossistema sem o homem e também é impossível pensar na humanidade sem algum ecossistema. Nesse sentido, faz-se necessário encontrar um equilíbrio.

Tal fato tornou-se um grande desafio para a humanidade, em função de que parte dos problemas de ordem ambiental vividos nas sociedades atualmente, são ocasionados pela intervenção da mesma nos ecossistemas da terra e principalmente na cultura das sociedades. Vechiatti (2004) afirma que para amenizar seus efeitos torna-se necessário o estímulo a mudanças de comportamentos em relação à conservação da natureza e valorização cultural, identificados aqui como matérias vivas, onde os seres humanos são protagonistas, pensando na valorização da cultura como fator de sustentabilidade para um País que tem como meta a preservação do meio ambiente, tarefa desafiadora, que perpassa pela construção de identidades individuais e coletivas.

Percebe-se que na comunidade de Igarapé Preto, que sofreu os impactos da chegada de um programa como o Luz para Todos, manter a cultura e valorizar as tradições, como fator de sustentabilidade se faz necessário, pois atualmente, mesmo com essa grande perspectiva de desenvolvimento, a comunidade vive em meio a uma grande contradição, representada pelo pouco acesso a tecnologia e ao mesmo tempo a necessidade de valorização das suas tradições e costumes deixados pelos antepassados, por meio de suas festas e ladainhas em homenagem aos seus Santos de devoção, suas danças e folclores, como fator de sustentabilidade.

Neste sentido, uma das formas de tornar real essa valorização é estimular a participação massiva dos moradores da comunidade, não só na elaboração de políticas públicas que venham beneficiar as famílias - trazendo desenvolvimento econômico, melhorando a condição de vida, gerando emprego, infra-estrutura, educação e saúde - mas, sobretudo na criação de leis que apreciem e valorizem a origem cultural e a história de vida dos mesmos e de seus antepassados, pois dessa forma haverá estímulo para a geração de pertencimentos a partir do resgate da auto-estima individual e coletiva, pois sem estas não é possível o desenvolvimento humano, e sem o pertencimento não há o desenvolvimento integral. Este é o grande desafio a ser enfrentado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças observadas em Igarapé Preto podem ser percebidas como frutos das necessidades da comunidade em resposta ao processo de transformação econômico-social experimentado nos grandes centros urbanos e nas áreas rurais do País, desde o início do século XX.

Elas ocorreram a partir do processo de organização política dos seus moradores, que resultaram na formação de uma associação, a ARQUIB, a qual contribuiu para a conquista do reconhecimento territorial da área em resposta ao ADCT da Constituição Federal, ajudando a promover o acesso à políticas públicas que estimularam o desenvolvimento da comunidade por meio de melhorias na qualidade de vida das famílias, a partir desse novo modelo de sociedade moderno-industrial que se construía e foram de ordem econômica, social- cultural e ambiental.

No que diz respeito à ordem econômica, observou-se que, na comunidade de Igarapé Preto, apesar dessa construção de sociedade industrial que está se fortalecendo, as bases de sua economia ainda estão pautadas na agricultura de subsistência, as roças são as principais fontes de alimento para as famílias, de onde retiram seu sustento a partir da comercialização de seus produtos excedentes. A manutenção desta tradição é estimulada pelas famílias, de forma positiva, pois são frutos do conhecimento herdados dos antepassados e representam a memória da comunidade e são repassadas de geração em geração.

Mudanças na ordem econômica foram percebidas e relatadas pelas famílias, quando afirmaram que a chegada da energia elétrica, através do Programa Luz para Todos, foi a principal responsável pelo aquecimento do comércio local, intensificando o uso de alimentos industrializados, congelados e enlatados entre os moradores, modificando o seu perfil alimentar, fato que foi destacado de modo negativo pelas famílias entrevistadas. O uso da energia elétrica permitiu o surgimento de outros serviços comerciais como: minimercados, lanchonetes, bares, e pequenos salões de cabeleireiros que passaram a oferecer, além de novas opções de lazer, alternativas de trabalho aos moradores do local, criando neles a perspectiva de aumentar seus rendimentos e lucrar a partir da venda de uma variedade de mercadorias, fato que foi considerado positivo pelas famílias.

Quanto a ordem social, observou-se a partir dos dados colhidos em campo, que apesar de tradicionalmente as famílias de Igarapé Preto terem construído suas histórias de vida baseadas na herança cultural de seus antepassados, alguns valores sociais estão se perdendo,

com a chegada da energia elétrica a relação social entre os moradores e a vizinhança se enfraqueceu, a partir do momento em que a prática de conversar nas portas das casas, contar histórias, resgatar a memória da comunidade está se perdendo entre a vizinhança, assim como entre os parentes da comunidade.

Atualmente a televisão tem ocupado um tempo maior na vida dessas famílias e as festas tradicionais de santo, de roda samba de cacete, ou ainda as ladainhas estão sendo esquecidas, principalmente pelas gerações mais jovens. Neste sentido, a chegada da energia é vista de forma negativa pelas famílias, há uma preocupação de que essas tradições desapareçam com o tempo.

Uma parcela das famílias entrevistadas viu de modo positivo a utilização de energia elétrica na comunidade, no sentido de que, o seu uso estimulou a reorganização desses valores e tradições, pois atualmente as famílias sinalizam para a formação de um novo comportamento social e constroem outra dinâmica de vida, representada, por exemplo, na presença dos novos espaços comerciais que agregam uma porção de pessoas, principalmente os mais jovens, aqueles que serão os responsáveis pela manutenção dos valores tradicionais na comunidade. Como um novo elemento cultural que dita regras e normas sociais na comunidade, esses novos espaços de lazer distanciam as pessoas, tornando-os momentos de conversas entre vizinhos e parentes, cada vez mais raros.

As famílias entrevistadas afirmaram que em relação à qualidade de vida dos moradores, a energia elétrica contribuiu para o acesso à serviços como educação, saúde, comércio e saneamento, que antes eram inexistentes ou funcionavam de maneira difícil na comunidade. Atualmente, existe a formação de uma pequena infra-estrutura que, de certo modo facilitou a vida dos moradores, dando-lhes condições de sobrevivência sem terem que abrir mão do direito de permanecer nas terras que herdaram dos seus antepassados.

Considerando as mudanças ambientais, foi observado que antes da chegada da energia elétrica a relação entre o homem e a natureza na comunidade era mais harmônica e menos impactante, os moradores praticavam queimadas para fazerem roças e suas casas, mas isso não causava grandes impactos.

Atualmente, a aceleração do desmatamento e as mudanças na paisagem local, de acordo com a maioria das informações coletadas, são atribuídas ao uso da energia elétrica. As alterações do meio ambiente se intensificaram a partir da instalação desordenada de

madeireiras e fazendas, desmatando as áreas de florestas e comprometendo a sobrevivência de espécies que antes eram comuns no local.

Na comunidade são percebidos reflexos desse desmatamento nas áreas de floresta do entorno, a qual tem sofrido a ação das madeireiras que se fixaram no local. Diariamente é possível perceber o aumento da temperatura da comunidade, a prática de crimes ambientais, a partir da derrubada desordenada de madeiras nobres, a poluição das águas do igarapé com serragens e pedaços de madeira não aproveitados, além do desaparecimento de animais e vegetais que compunham a dieta alimentar dos moradores da comunidade.

Uma das formas apontadas pelos entrevistados para conter esse avanço foi a promoção de políticas públicas que estimulassem a manutenção da floresta em pé, o que, segundo eles contou com o apoio dos movimentos sociais e da associação cujo objetivo principal estava em contribuir na formação política da comunidade e fazer denúncias da omissão do poder público em relação a fiscalização e controle das alterações ambientais da área, permitindo aos moradores permanecerem nas áreas onde seus antepassados construíram suas tradições, valores e histórias de vida.

Portanto, estas alterações representam um novo momento histórico vivenciado pelas novas famílias que estão se organizando em Igarapé Preto e caracterizam a possibilidade de adaptações da estrutura familiar, econômica, cultural e ambiental deste segmento de negros (as), sem perder de vista a preocupação em manter viva a cultura e valorizar as tradições do passado, como fator de sustentabilidade.

Neste contexto, o Programa Luz para Todos, como uma dessas políticas públicas, chega como uma alternativa pensada para levar energia elétrica à esta localidade, contribuindo positiva e negativamente para o desenvolvimento das famílias que residem em Igarapé Preto.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de Preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: CASTRO, Edna e HÉBET, Jean, (Orgs.). **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Belém: CADERNOS NAEA/UFPA, nº 10 (p.163-196), 1989.

ALMEIDA, J. G. A organização espacial e ocupação territorial no kalunga: A moradia como efetivadora. **Revista Paranoá**; UNB; Brasília; v.7, 2005, p.4. Disponível no sítio: <[http://www.unb.br/fau/pos\\_graduacao/paranoa/paranoa.htm](http://www.unb.br/fau/pos_graduacao/paranoa/paranoa.htm)> Acesso em 01/05/2008.

\_\_\_\_\_. Os Quilombos e o mercado de terras. **Revista Porantim**, Brasília, v. 26, n. 27, p. 6-7, Jan/Fev., 2005.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Revista Ambiente e Sociedade**. nº 5, Campinas, Jul/Dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>. Ultimo acesso 29/09/2009> Acesso, 18/01/2009, às 16:45

BAJAY, S. A problemática do fornecimento de energia elétrica às comunidades isoladas da Amazônia. **T&C Amazônia**, ano III, nº 6, Janeiro de 2005. Disponível em: <[https://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/edu006\\_002\\_004.pdf](https://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/edu006_002_004.pdf)>. Ultimo acesso: 03/03/2009.

BASTOS, C. M. C. B. **Conflitos Ambientais urbanos em áreas de ressaca: Um estudo da Comunidade Negra de Lagoa dos Índios em Macapá/AP**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, 2006. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1772/1/2006\\_Cec%C3%ADlia%20Maria%20Chaves%20Brito%20Bastos.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1772/1/2006_Cec%C3%ADlia%20Maria%20Chaves%20Brito%20Bastos.pdf)>. Ultimo acesso, 28/08/2010, as 11:46.

BARTH, F. Problems of Conceptualizing Cultural Pluralism, with Illustrations from Somar, Oman. In: **D. Maybury-Lewis (ed.), The Prospects for Plural Societies. American Ethnological Society**. 1984. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/30808/1/A-Construcao-da-Identidade-Etnica-e-as-representacoes-Sociais/pagina1.html#ixzz18MwZVBjh>.

CAMACHO, C. F. et al. **Avaliação dos Impactos Preliminares do Programa de Eletrificação Rural “Luz no Campo” entre as Fases Ex-ante e Intermediária para o Estado do Mato Grosso do Sul – ENERSUL**. CEPEL, Dez, 2003. Disponível em: <<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:gepczl1IU5cJ:www.cepel.br/~per/download/er/rt-53029>> . Acesso: 14/05/2009, às 22:37.

CARDOSO, E. S. e KREIMER, J. “**A Energia que Desenvolve o mundo**”. Escelsa Energias do Brasil. História da Energia Elétrica do Brasil. Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/ilassa/2007/cardoso.pdf>>. Acesso em: 05/06/2009, às 10:25.

CARVALHO, Mônica Cristina Corrêa. **Igarapé Preto: a luta de uma comunidade de remanescente de Quilombos no Baixo Tocantins**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

CARTAXO, E. F; COELHO, I. M. H; PAIXÃO, V. Sustentabilidade do programa “Luz Para Todos” no estado do Amazonas. **Revista Brasileira de Energia**: Vol. 12, nº 1, 04/ 2006. Disponível em: <[www.sbpe.org.br/socios/download.php?id=191](http://www.sbpe.org.br/socios/download.php?id=191)> Acesso em: 22/08/2010

COMISSÃO PRÓ- INDIO DE SÃO PAULO. **Comunidades Quilombolas do Estado do Pará**. As conquistas das comunidades quilombolas do Pará. Disponível em: <[http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pa/pa\\_comunidades\\_nordeste\\_igarapé.html](http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pa/pa_comunidades_nordeste_igarapé.html)> Acesso, 28/02/2009.

BRASIL. **Constituição Federal**. Capítulo I, Art. 5º. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm) Último acesso 17/03/2009.

\_\_\_\_\_. Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177 da **Constituição Federal**, alterando e inserindo parágrafos. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez. 1995.

COQUEIRO, T.C.C. **Os Impactos Sócio-Ambientais do Programa ‘Luz para Todos’ na Comunidade Quilombola de Igarapé Preto/Pará**. Belém, Pa. Ago. 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Etnicidade” In: **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/30808/1/A-Construcao-da-Identidade-Etnica-e-as-representacoes-Sociais/pagina1.html#ixzz18MyryyaU>.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo, Atlas, 1989, 3ª ed. ampliada. Disponível em: <<http://pedrodemo.sites.uol.com.br/livros/metcisociais.html>> Acesso em: 21/03/2009

DIEGUES, A. C. S. **Populações Tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada.** Biblioteca Virtual em Saúde. São Paulo; CEMAR/USP/NUPAUB; 1993. 94 p. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=REPIDISCA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=64228&indexSearch=ID>>. Acesso em: 23/09/2009.

ELETOBRAS/CEPEL. **Universalização da Energia Elétrica.** Disponível em: <<http://www.eletobras.com/elb/data/Pages/LUMIS32AB99AAITEMID0CB476EDFD0F49A5A1F1FC7B655712C5PTBRIE.htm>> Acesso em: 16/05/2009

EMMI, M. F. Minorias étnicas na Amazônia: índios e negros no processo de construção de identidade da resistência. In: Campos, Indio (org.). **Agência de Desenvolvimento da Amazônia – PDSA.** 2005-2008. , UFPA, FADESP – BELÉM: 2007.

FARIAS, J. K. N. P.; CRUZ, L. C. OLIVEIRA, M. E. A. Sustentabilidade ambiental de comunidades rurais e ribeirinhas do pantanal do mato grosso. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, PG Ciência Ambiental, Niterói, Rio de Janeiro. **Anais do VIII Congresso de Geologia do Brasil, 23 a 27/Out/2007, Caxambú –MG.** Disponível em: <<http://www.seb-ecologia.org.br/viiiiceb/pdf/1473.pdf>> Acesso em: 23/05/2010

FEARNSIDE. P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Revista Acta Amazônia.** v. 36(3), p.395 – 400, Jul-Set, 2006.

FERREIRA, M. J. G e ANDRADE, A. M; “Modelagem de Políticas Públicas para Atendimento Energético a Comunidades Isoladas”. **Anais do 4º AGRENER-2002, Campinas/SP, out/2002.**

\_\_\_\_\_, “O Papel do Estado na universalização dos serviços de energia para comunidades isoladas”. **Anais do 5º Encontro de Energia e o Meio Rural, 2004.** Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000022004000200028&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000022004000200028&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em 13/10/2009.

FOURNIER, A. C. P e PENTEADO, C. L. P. Eletrificação Rural: desafios para a Universalização da energia elétrica. **Anais do XII Congresso brasileiro de Energia (CBE) – Desafios do Setor Energético Brasileiro.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/eletrificacao\\_rural\\_XII.pdf](http://www.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/eletrificacao_rural_XII.pdf)> Acesso 02/12/2009.

FREITAS, M. **Amazônia e desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2004.

GOMES, E. R. **A luta pela terra em Igarapé preto.** Disponível em: [http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pa/pa\\_comunidades\\_nordeste\\_igarapé.html](http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pa/pa_comunidades_nordeste_igarapé.html) Acesso: 17/03/2009.

GONÇALVES, J. C. Homem-Natureza: uma relação conflitante ao longo da história. Revista Multidisciplinar da Uniesp **Saber Acadêmico**. São Paulo, n.06. Dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista6/pdf/17.pdf>>. Acesso, 16/ 07/2010

GUSMÃO, M. V. et al., **O Programa de Eletrificação Rural Luz no Campo:** resultados iniciais. Encontro de Energia no Meio Rural, 4, AGRENER 2002 (versão em CD), 20 a31 de outubro de 2002, Campinas, São Paulo

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002/2003:** primeiros resultados – Brasil e grandes regiões. Coordenação de índices de preços, RJ/ 2004, 276 p.. Disponível em <<HTTP://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/condicaodevida/pof2002.pdf>> Acesso em 30/03/2010.

IBAMA. **Populações Tradicionais,** Reservas Extrativistas. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm>>. Acesso: 27/07/2010.

\_\_\_\_\_. **Unidades de Conservação,** Reservas Extrativistas. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/protege.htm>>. Último acesso: 27/07/2010.

Governo do Estado do Pará. **Água para Todos.** ASCON/SEDURB. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/noticias/agua-para-todos.asp>>. Acesso em: 25/02/2010.

LIKERT, Rensis (1932), "A Technique for the Measurement of Attitudes", *Archives of Psychology* 140: p. 1-55.

LIMA, D. e POZZOBON, J. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, V. 19 (54), Mai/ 2005, p. 45-70. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/03.pdf>>. Acesso em: 13/07/2010

LITTLE, Paul (org.). **Políticas Ambientais no Brasil:** análises de estudo e de ação política. São Paulo; Brasília: IIEB, 2003

MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira: In. Christofolletti, Antonia et al. (org.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1995, p. 36-57.

MARTINS, P. S. **Dinâmica Evolutiva em roças de caboclos Amazônicos.** Dossiê Amazônia Brasileira. Estudos avançados. vol.19, n. 53. São Paulo Jan./Abr. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100013&script=sci_arttext)>. Acesso em: 24/03/2009.

MARQUES, B. S. R; CARMO, do J.; RIBEIRO, F. S. A universalização do atendimento no campo gerando um problema de exclusão social. **Encontro de Energia do Meio Rural.** Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000022006000100004&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000022006000100004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20/05/2009

MAUÉS, R. H.; MAUÉS, M. A. M.. Pesca e Agricultura: a integração de uma comunidade rural ao mundo da produção capitalista. In MAUÉS, R. H. **Uma outra 'invenção' da Amazônia:** religiões, histórias, identidades. Belém: Cejup, 1999, p. 99-115.

MESQUITA, C. R.. **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/30808/1/A-Construcao-da-Identidade-Etnica-e-as-representacoes-Sociais/pagina1.html#ixzz18MtUk4Dq>.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa de saúde. São Paulo. Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1992. 269 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v8n3/v8n3a13.pdf>> Acesso em: 17/04/2009.

Ministério das Minas e Energias. **Programa Luz para Todos.** Disponível em: <[http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp?o\\_programa.asp](http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp?o_programa.asp)>. Acesso em 19/03/2003.

PAZZINI, et al., **Luz para todos no campo:** a universalização do atendimento de energia elétrica na zona rural. Escola Politécnica de São Paulo. Grupo de Energia. Disponível em: <<http://www.seb-ecologia.org.br/viiiiceb/pdf/1473.pdf>> Acesso em: 02/02/2010.

PEREIRA, L. **Eletrificação Rural com sistemas Fotovoltaicos:** Estudo de Caso utilizando o programa VIPOR. Monografia do departamento de energia Elétrica, 2002.

PERUTTI, D. C. **Quem são os Quilombolas.** São Paulo, [s/d]. Disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/quilombolas2.htm> . Acesso em: 11 Abr 2009, 14h50min

REIS, L. B.; SILVEIRA, S. (orgs). **Energia elétrica para o desenvolvimento sustentável: introdução para uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

Programa Luz para Todos – Milhões de Brasileiros já saíram da escuridão. **Revista Amazônia.** Belém/Pará, nº 19, fev/mar. 2010.

A dinâmica espacial da rede de distribuição de energia elétrica no Estado do Pará (1960 – 1996). **Revista Ateliê Geográfico.** Volume 4, nº 10, 2010. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Pará. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/issue/current>>. Acesso em: 19/01/2010.

Análise do setor de energia elétrico do Estado do Pará: uma aplicação da matriz de insumo-produto. **Revista Amazônia: Ciência & Desenvolvimento.** Belém/Pará, v. 4, n. 7, jul./dez. 2008. 7

GLASS, V. Reconhecimento do conceito de populações tradicionais facilita acesso à terra. **Revista Carta Maior.** Disponível em: [http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=2778](http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=2778)

**Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Revista TEKOA.** Disponível em: <http://www.uva.br/cursos/graduacao/ccbs/revistabiologia/05-08/home.html>.

**Populações tradicionais e a contribuição dos seus saberes para o desenvolvimento das etnociências e para a sustentabilidade. Revista TEKOA. Ano II, 2ª edição, maio de 2008.** Disponível em: <http://www.uva.br/cursos/graduacao/ccbs/revistabiologia/05-08/home.html>.

SILVA, E. L. e MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 3 ed. rev. Atual – Florianópolis, 2001

SOUZA, I. de e SANCHES, C.. CRFB. **Universidade Veiga de Almeida - CCBS. RJ.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm).

TOMO. **Revista do Núcleo de Pós graduação e pesquisa em Ciências Sociais.** Universidade Federal de Sergipe. nº 1, 1998. São Cristovão-SE. Disponível em: <[http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/tomo/down/Rev\\_TOMO\\_n11.pdf#page=43](http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/tomo/down/Rev_TOMO_n11.pdf#page=43)> Acesso em : 25/02/2010

VIDIGAL, E. Pará tem um dos melhores desempenhos na garantia de Luz para Todos. **Central de notícias do Portal do Governo**, Out, 2009. Disponível em: <[http://mamorana.prodepa.gov.br/noticia\\_interna.asp?id\\_ver=52186](http://mamorana.prodepa.gov.br/noticia_interna.asp?id_ver=52186)>. Acesso em: 11/11/2009, às 10:01.

VIEIRA, F. A. da C. Meio ambiente e homem: um olhar marxista. **Revista História Agora**. Disponível em: <[http://www.historiagora.com/dmdocuments/Meio\\_ambiente\\_e\\_homem.pdf](http://www.historiagora.com/dmdocuments/Meio_ambiente_e_homem.pdf)> Acesso em: 05/08/2010.

WHITTE, L. Jr. **Raízes históricas da nossa crise ecológica**. Agenda Latino Americana 2010. Disponível em: <<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:iz5zRjntavkJ:latinoamericana.org/2010/info/docs/WhitePort.pdf+Rela%C3%A7%C3%A3o+homem+e+natureza+em+white&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESiJkufJXbBh>> Acesso em: 7/02/2009

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

**Curso: Mestrado em Ciência Ambiental****Turma: XVII****Orientador: Nelson W. Dias****Aluna: Teresa Cristina da Costa Coqueiro****Questionário a ser aplicado na Comunidade Quilombola de Igarapé Preto**

Relativamente a cada uma das questões que seguem diga qual o seu grau de concordância: Assinale com um X o número associado à resposta que quer dar.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

Obs: Todas as questões abaixo serão aplicadas aos chefes(as) de família na Comunidade de Igarapé Preto e se referem a intenção de analisar o perfil dos moradores dessa comunidade.

- 1) Qual é a sua idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
  - 2) Qual o seu estado civil:  
( ) casado(a) ( ) solteira(o) ( ) Viúvo(a) ( ) desquitado(a) ( ) divorciado(a) ( ) Outros
  - 3) Qual é o seu nível de escolaridade?  
( ) Fund. Incompleto ( ) Fund. Completo ( ) Médio Completo ( ) Médio Incompleto ( )
  - 4) Qual a sua profissão: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_
  - 5) Quantas pessoas moram em sua casa? \_\_\_\_\_ Qual é a sua renda mensal? ( ) menos de 1 s.m. ( ) 1 a 2 s. m.  
( ) 2 a 3 s.m. ( ) mais de 3 s.m.
  - 6) Você nasceu na comunidade de Igarapé Preto?  
( ) Sim ( ) Não
- Obs: Se a resposta for negativa, ha quanto tempo reside no local? \_\_\_\_\_
- 7) Qual é o seu tipo de imóvel?  
( ) Madeira ( ) Alvenaria ( ) Barro ( ) Mista ( ) Outros: \_\_\_\_\_

1. Em minha casa só moram pessoas adultas	1	2	3	4	5
2. O maior número de pessoas que moram em minha casa são do sexo masculino	1	2	3	4	5
3. As mulheres que moram em minha casa se ocupam apenas das tarefas domésticas	1	2	3	4	5
4. O meu nível de escolaridade e dos moradores de minha casa é o fundamental completo	1	2	3	4	5
5. Ocupo-me apenas de tarefas agrícolas, em roças da família.	1	2	3	4	5
6. As roças são a única forma de manejo da terra praticado na comunidade	1	2	3	4	5
7. Acho que a maneira que as roças são construídas na comunidade provoca a alteração no ambiente	1	2	3	4	5
8. Acho importante as famílias construírem suas roças com a preocupação da preservação ambiental	1	2	3	4	5
9. A renda familiar a partir da venda dos produtos colhidos das roças chega a ser maior que um salário mínimo	1	2	3	4	5
10. Na comunidade, a maioria das famílias pratica como principal atividade econômica à agricultura	1	2	3	4	5
11. A minha casa e a da maioria dos moradores da comunidade foi construída com a madeira retirada da floresta, sem a preocupação com o replantio da área desmatada.	1	2	3	4	5
12. Na maioria das casas da comunidade tem energia elétrica	1	2	3	4	5
13. Na minha casa não existe nenhum meio de comunicação	1	2	3	4	5
14. Na comunidade quase todas as famílias recebem algum tipo de benefício do Governo	1	2	3	4	5
15. Na comunidade a maioria das famílias participa de organizações comunitárias legalizadas, tipo sindicatos ou cooperativas	1	2	3	4	5
16. Acho que a participação da população nessas organizações trouxe bastante benefícios a comunidade	1	2	3	4	5
17. Acredito que as condições de desenvolvimento das atividades agrárias dos pequenos e	1	2	3	4	5

médios produtores da comunidade melhoraram bastante com a chegada dessas organizações					
18. Penso que a conquista da titulação da terra pela comunidade de Igarapé Preto foi um reflexo da união entre os moradores e a ação das organizações comunitárias	1	2	3	4	5
19. O reconhecimento da comunidade como Quilombola ajudou a trazer desenvolvimento para as famílias do local	1	2	3	4	5
20. Entendo que a chegada de energia elétrica na comunidade é uma ação positiva do Governo em querer trazer qualidade de vida à população	1	2	3	4	5
21. O Programa Luz para Todos ajudou a diminuir as distâncias da comunidade em relação à capital do Estado	1	2	3	4	5
22. A chegada de energia elétrica trouxe o desenvolvimento à comunidade de Igarapé Preto porque permitiu o aparecimento de outras atividades econômicas na área, como o comércio	1	2	3	4	5
23. Acho que a distribuição de energia elétrica pela comunidade trouxe mudanças no comportamento social das pessoas afastando-as umas das outras	1	2	3	4	5
24. A chegada da luz elétrica acelerou a perda de algumas tradições e valores culturais que eram herança dos antepassados na comunidade	1	2	3	4	5
25. Hoje na comunidade não se valorizam mais algumas tradições deixadas pelos antepassados negros e negras que habitaram a região no passado	1	2	3	4	5
26. A distribuição da rede de energia na comunidade contribuiu para a aceleração do desmatamento de algumas áreas de floresta da região assim como para o desaparecimento de espécies animais e vegetais.	1	2	3	4	5
27. A passagem dessa rede de energia pela área da comunidade ajudou a desalojar famílias que moravam perto da linha de distribuição	1	2	3	4	5
28. A chegada de energia elétrica na comunidade causou mudanças na forma de manejo da terra pelos quilombolas que no passado tinham uma forma de exploração menos agressiva	1	2	3	4	5
29. A exploração desordenada da madeira da floresta pelas madeireiras é um reflexo negativo desse desenvolvimento a que a comunidade vem passando após a chegada da energia elétrica	1	2	3	4	5
30. A ação das madeireiras tem causado a poluição das águas do rio que abastece a comunidade	1	2	3	4	5
31. A comunidade tem o total apoio dos Movimentos Sociais que atuam na comunidade e estes têm denunciado ao poder público tal situação	1	2	3	4	5
32. A atitude da prefeitura tem sido indiferente em relação a essa exploração e poluição ambiental	1	2	3	4	5
33. O governo do Estado promete ações mais severas, mas não as cumpre	1	2	3	4	5



**PRPPG-Pro-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação**  
**Comitê de ética em Pesquisa**  
Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-SP 12020-040  
Tel.: (12) 3625.4143 – 3635.1233 Fax: (12) 3632.2947  
cepunitau@unitau.br

## **DECLARAÇÃO Nº 399/09**

**Protocolo CEP/UNITAU nº 383/09** (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto)

**Projeto de Pesquisa:** *As alterações provocadas pelo programa de desenvolvimento e iluminação pública "Luz para todos" na sustentabilidade da comunidade quilombola de Igarapé Preto/ Pará*

**Pesquisador(a) Responsável:** Teresa Cristina da Costa Coqueiro

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião de **04/09/2009**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou o Projeto acima **Aprovado**.

Taubaté, 04 de setembro de 2009.

**Prof. Robison Baroni**  
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté